



PREGÃO ELETRÔNICO 012/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO 75/2025	
CONTRATANTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE -MT
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP – 13 KG P-(13) PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT.
TIPO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO E HORÁRIO	03/10/2025 – 09h00mim (horário de Brasília)
Plataforma:	LICITANET
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 168.265,24 (cento e sessenta e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS	SIM
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	LEI FEDERAL 14.133/21, LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DECRETO MUNICIPAL Nº 021/2025 E DECRETO MUNICIPAL Nº 066/2025.
ANEXOS	● Anexo I - Termo de Referência;
	● Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
	● Anexo III - Modelo de Declaração Unificadas;
	● Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços;
	● Anexo V - - Minuta de Contrato;
	● Anexo VI - Estudo técnico preliminar.





EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BRASNORTE/MT, por meio da sua agente de contratação que atuará como pregoeira, designada pelo Decreto Municipal nº. 028/2025, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que, na data 03 de outubro de 2025, às 09:00 (horário de Brasília) pela plataforma LICITANET, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, com modo de disputa **"ABERTO"**, destinada ao objeto **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP – 13 KG P-(13) PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT**, obedecendo integralmente a Legislação que se aplica a modalidade de Pregão e ao Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, da Lei Complementar n. 123/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal n. 8.078/1990, Decreto Municipal n. 021/2025 e decreto municipal nº 066/2025 e demais legislações complementares.

Em caso de discordância e/ou contradição existente entre as especificações do objeto descritas na plataforma da LICITANET e as especificações técnicas constantes neste Edital e seus anexos, prevalecerão às previstas neste instrumento convocatório, não sendo aceito alegações de suposta indução ao erro, razão pela qual o licitante deverá se atentar unicamente as descrições do objeto contidas neste instrumento.

Editais e demais documentos:

O Edital e a documentação que o acompanha poderão ser obtidos no site do Município www.brasnorte.mt.gov.br e na plataforma da LICITANET, conforme links abaixo.

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Recebimento das propostas:

A partir do dia 22/09/2025, às 09:00 horas (horário de Brasília)

Do encerramento das propostas:

03/10/2025, às 08:59 horas. (horário de Brasília)

Data de abertura das propostas:

03/10/2025 às 09:00 horas (horário de Brasília)

Meios para contato:

Telefones: (66)98408-0143 / (66) 3592 3200

E-mail: licitacao@brasnorte.mt.gov.br

Dias e horários: de Segunda a Sexta - feira, Das 07h00min às 13h00min (Horário Local).





1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente Licitação, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP – 13 KG P-(13) PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT** conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.2 A licitação será realizada conforme descrito no Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3 O critério de julgamento adotado será o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 Fica facultada à licitante participar de quantos itens forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um item, deverá enviar proposta para a totalidade solicitada.

1.5 A licitante deverá ficar atenta às especificações dos itens, especialmente quando indicar marcas como referência de qualidade, necessidade de padronização, necessidade de manter a compatibilidade com plataformas padrões ou única capaz de atender, assim como, eventuais vedações de marcas ou produtos que não atendam as expectativas da Administração, conforme art. 42 da Lei 14.133/2021.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias previstas para os órgãos e entidades.

3. DO CADASTRO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma LICITANET.

3.1.1 No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.

3.1.2 Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.

3.2 A participação na presente licitação se dará mediante plataforma Eletrônica, ferramenta informatizada do Sistema Eletrônico da LICITANET, aba Pregão Eletrônico, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, que está integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas.

3.2.1 A licitante que não for cadastrada, deverá realizar o seu cadastramento na plataforma e atender aos procedimentos nela previstos, para acesso ao sistema e operacionalização, inclusive autorizar a Plataforma LICITANET a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização.

3.2.2 O prazo para cadastramento na plataforma é de inteira responsabilidade da licitante.

3.2.3 A licitante é a responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema





ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2.4 É de responsabilidade da licitante cadastrada conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação nesta licitação significa:

3.3.1 Que a licitante e as pessoas que a representam leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.

3.3.2 Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam.

3.3.3 Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica.

3.3.4 Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

3.4 Não poderão participar deste certame licitantes:

3.4.1 Que não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9 Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nesta condição;

3.4.10 Que se encontrem sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;





3.4.10.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

3.4.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato/ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.12 O impedimento de que trata o item 3.4.4 se aplica também a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

3.4.13 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.4.14 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.4.15 O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4.16 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.4.17 A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.5 As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 deverão declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei e por meio da declaração e comprovação no momento da Habilitação, conforme descrito no edital.

3.5.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte participe da licitação e sendo vencedora deverá atender todas as exigências de habilitação conforme edital e Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.2 A não apresentação do documento mencionado no item anterior configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

3.5.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.





4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso a plataforma Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.

4.1.1 A licitante que tiver o interesse em participar por procurador credenciado ou empresa associada à LICITANET deverá nomear por meio do instrumento de mandato (procuração), com firma reconhecida, operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br

4.1.2 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

4.2 A participação da licitante no pregão eletrônico, seja por participação direta ou por meio de empresas cadastrada à LICITANET, deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.5 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

5.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

5.3 Caberá a Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação.

5.4 Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para a realização do certame.

5.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados A Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

5.6 A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.





5.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

5.8 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.9 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.10 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

5.11 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6. APRESENTAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2 A licitante interessada deverá encaminhar sua proposta, exclusivamente, por meio do LICITANET.

6.2.1 A proposta deverá ser inserida no seu respectivo lugar contendo a descrição do objeto ofertado e o preço com todos os dados da empresa, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

6.2.2 Caso não possua campo específico para sua inserção, bem como documentos adicionais, deverão ser inseridos no campo “Outros Documentos” na plataforma LICITANET.

6.3 A proposta a ser encaminhada via Sistema será preenchida pela licitante interessada no próprio sistema, devendo identificar:

a) A descrição do objeto ofertado, de acordo com as informações constantes no ANEXO I;

b) MARCA do produto;

c) MODELO do produto;

d) QUANTIDADES, de acordo com as informações constantes no ANEXO I.

6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

6.4.1 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

6.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o ANEXO I (Termo de Referência), assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 *O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.*

6.9 As licitantes devem respeitar os preços máximos ou o desconto mínimo estabelecidos em edital, quando participarem de licitações públicas;

6.10 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preço anteriormente inseridos no Sistema.

6.11 A licitante, além de encaminhar a proposta conforme o item 6.2, deverá preencher em campo próprio do sistema eletrônico o valor da sua proposta correspondente ao PREÇO POR ITEM, para fins de disputa, expresso em real, incluindo todos os custos necessários à execução do objeto, tais como impostos encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, taxas, seguros, insumos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo direto ou indireto do objeto.

6.12 No cadastramento da proposta inicial, a licitante deverá, também, assinalar “Termo de Aceitação” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.13 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.13.1 Na hipótese de o Sistema Eletrônico solicitar que se assinale item a item, levando em conta que a licitação é exclusiva para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;





6.14 Desde que disponibilizado, fica facultado à licitante, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, com o registro do seu lance final aceitável.

6.14.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pela licitante e o intervalo mínimo entre lances intermediários ou que cobrir a melhor oferta.

6.14.2 Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente.

6.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ela no sistema quando o critério de julgamento for por menor preço ou percentual de desconto menor a lance já registrado por ela no sistema quando o critério de julgamento for por maior desconto.

6.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelas demais licitantes na forma da seção seguinte deste Edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A partir da data e horário estabelecidos em Edital, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.

7.2 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo I, ou que identifique o licitante.

7.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre A Pregoeira e as licitantes.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 A licitante somente poderá oferecer valor inferior (ou maior percentual de desconto, quando o critério for maior percentual de desconto) em relação ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.1 A licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ela ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários”.





7.6.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,05 (zero virgula zero cinco centavos).**

7.7 O procedimento seguirá de acordo com o modelo de disputa “ABERTO”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11 Encerrada a fase competitiva poderá A Pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço e definição de colocações, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento) da melhor proposta.

7.11.1 Após o reinício previsto no item acima, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos anteriormente, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.15 No caso de desconexão com A Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para A Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3 Desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal n. 030/2024;





7.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Município;
- b) Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;
- c) Empresas brasileiras;
- d) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no

País;

e) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, A Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21 A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.23 O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24 A Pregoeira solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

7.25 É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

7.26 Após a negociação do preço, A Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.27. Dentre os requisitos exigidos para essa contratação, está a aplicação do tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, Lei Municipal Nº 1.268/2010, e o Decreto Municipal nº 66/2025.

7.28.1. Verificação do Porte e Aplicação do Critério de Desempate.

7.28.1. O sistema utilizado para a realização do certame será a plataforma Licitanet, a qual realiza automaticamente, no ato de cadastramento de proposta, a validação do enquadramento da empresa como ME, EPP ou MEI. Empresas que não possuam esse enquadramento serão impedidas de participar, sendo bloqueadas automaticamente pela plataforma.

7.28.2. Após o encerramento da etapa de lances, o sistema realiza a verificação automática de sede e porte, identificando empresas locais (sediadas em Brasnorte) ou regionais (sediadas em municípios circunvizinhos elencados no Decreto nº 66/2025) que tenham ofertado proposta com valor de até 10% (dez por cento) superior ao menor preço válido apresentado por empresa de fora da região.

7.28.4. Verificada a existência de licitante local ou regional dentro da margem de 10%, o sistema apresentará automaticamente:





- Identificação da proposta e município de origem;
- Valor ofertado;
- Opções para que o(a) Pregoeiro(a) autorize:

a) O pagamento de até 10% a mais à empresa local/regional, quando vantajoso ao interesse público;

b) A abertura de prazo para que a empresa local/regional apresente novo lance com valor inferior ao da primeira colocada, em até 05 (cinco) minutos, conforme controle automático da plataforma.

7.28.5. A prioridade será dada à empresa local, situada no Município de Brasnorte. Na ausência de empresa local classificada dentro da margem de 10%, será aplicada a mesma regra às empresas regionais, conforme listagem constante do Decreto Municipal nº 66/2025: Castanheira, Juína, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Juara.

7.28.6. Persistindo a equivalência de valores entre empresas locais ou regionais aptas à margem de preferência, terão prioridade para usufruir do benefício as empresas sediadas em municípios integrantes de consórcio público do qual o Município de Brasnorte/MT seja parte.

7.28.9. Considerando que Brasnorte integra o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio-Norte Mato-grossense, será dada preferência às empresas sediadas nos seguintes municípios consorciados: Tangará da Serra, Arenápolis, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Denise, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Porto Estrela, Santo Afonso, Sapezal.

7.28.10. A definição da ordem de preferência entre empresas empatadas observará essa lista e será realizada conforme as funcionalidades disponíveis na plataforma Licitanet, podendo ser complementada, se necessário, por sorteio eletrônico, conforme previsto no sistema.

7.28.11. A adjudicação será feita à empresa local ou regional que, dentro das condições estabelecidas, apresentar proposta mais vantajosa, observada a ordem de preferência e o interesse público.

7.29. Para tanto deverá ser observado o disposto no art. 3º e 6º Decreto 66/2025, que preceitua:

“Art. 3º O tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado previsto neste Decreto será concedido, nas contratações públicas municipais, observando-se a seguinte ordem de preferência para a concessão dos benefícios:

I. Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI) sediados no Município de Brasnorte (âmbito local);

II. Na ausência de empresas aptas, suficientes ou em caso de impossibilidade técnica, legal ou quantitativa de atendimento integral por empresas locais, serão beneficiadas as ME, EPP e MEI sediadas nos municípios circunvizinhos a Brasnorte, quais sejam: Castanheira, Juína, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Nova Maringá e Juara (âmbito regional);

III. Persistindo a inexistência de fornecedores suficientes ou aptos nos âmbitos local e circunvizinho, serão beneficiadas as ME, EPP e MEI de municípios integrantes de consórcio público, tratado, acordo de cooperação ou instrumento congênere do qual o Município de Brasnorte seja parte, conforme previsão em edital.

IV. Caso não seja possível o atendimento por empresas enquadradas nas hipóteses anteriores, aplicam-se os demais critérios previstos na legislação federal ou municipal pertinente e neste Decreto, garantindo-se, em qualquer hipótese, a ampla concorrência.





§1º Para definição dos âmbitos local, circunvizinho e consorciado, aplicam-se as regras deste Decreto e, no que couber, a legislação federal e municipal vigente.

§2º O disposto neste artigo não impede a participação de empresas de fora do âmbito local, circunvizinho ou consorciado, salvo nas hipóteses legalmente admitidas, devendo ser sempre garantida a ampla concorrência, a isonomia e a motivação fundamentada das decisões administrativas.”

7.29.2. Deverá ser estabelecido no edital de licitação ou contratação direta os benefícios bem como o critério de desempate previsto no art. 6º do Decreto nº 66/2025.

7.29.3. Encerramento da Disputa. Após o término da fase de lances, o sistema verifica automaticamente se há licitantes com sede regional ou local cujo valor proposto esteja em até 10 % (dez por cento) de diferença em relação ao menor lance de empresa de fora da região.

7.29.4. Ausência de Empresa Local. Na hipótese de não haver licitantes locais (mesmo município), procede-se à pesquisa de empresas regionais sediadas em municípios limítrofes ou próximos, conforme listagem prevista no decreto anexo ao processo. Aplica-se, então, o mesmo critério de preferência e opções de encaminhamento (pagamento de até 10 % ou abertura de novo prazo para lance).

8. DA ACEITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, A Pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) ; e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.1.2 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

8.1.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.4 A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

8.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4 Caso a licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, A Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido no presente Edital.





8.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, A Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas neste instrumento;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7 Os erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, desde que não alterem a sua substância.

8.7.1 A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão somente em relação à licitante vencedora do certame e entregue em momento posterior ao julgamento das propostas, com exceção dos casos em que a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas, quando deverão ser exigidos de todas as licitantes.

9.2 Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverá ser juntada aos autos com as comprovações devidamente atualizada para que estejam válidas na data da abertura da sessão.

9.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4.1 Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de





outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 A habilitação será verificada a partir das informações constantes na Plataforma Licitanet cuja responsabilidade pela inserção é da empresa.

9.5.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.6 A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, *salvo em sede de diligência quando entender que os documentos apresentados são inconclusivos, para: complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*

9.10 Na análise dos documentos de habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11 Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, A Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.13 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.14 Será verificado ainda se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15 Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.16 - HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16.1 No caso da alínea “c”, caso a empresa for identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente pelo agente de contratação, devendo os seus atos constitutivos serem considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

9.17 Regularidade fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND - INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

f) Declaração de comprovação de que a empresa licitante cumpre os requisitos do art. 7, XXXIII da Constituição Federal.

g) Alvará de Localização.

9.17.1 licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.18 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira





9.18.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

9.18.2 Certidão Negativa de feitos sobre Falência, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante.

9.18.3 Caso seja apresentada Certidão sem indicação expressa do prazo de validade, a mesma não será aceita se a data de sua expedição for anterior a 03 (três) meses da data de abertura do certame;

9.18.4 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/05, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.19 Qualificação Técnica

9.19.1 Atestado de Capacidade Técnica que comprove já ter fornecido materiais e executado serviços de natureza da presente licitação, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou provado, informando as quantidades, constando fornecimento, valores e demais dados técnicos, indicando o nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a quantidade dos produtos solicitados de no mínimo 50% que envolvam características mínimas semelhantes em nome da licitante.

9.19.2 Apresentar certificado de licença do Corpo de Bombeiros.

9.19.3 Certificado emitido pela Agencia Nacional do Petróleo (ANP), autorizando a empresa a exercer a atividade de venda/revenda de gás liquefeito de petróleo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

10.2 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.3 A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.3), a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5 A Pregoeira ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sítios dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

10.6 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, A Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, definida pelas regras





do sistema Portal de Compras Públicas, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e, na situação a que se refere este item, A Pregoeira deverá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

10.7 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos A Pregoeira considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

11. DO RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.2.1 O pedido de reconsideração, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no mesmo prazo, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao@brasnorte.mt.gov.br.

12. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

12.1 O prazo de entrega dos itens será estipulado na NAD, contados do(a) emissão da mesma.

12.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (uma) hora de antecedência para que





qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.3. Os produtos deverão ser entregues no endereço previsto na requisição de compras, nas escolas da zona urbana. Os produtos das escolas da zona rural deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Educação, que se comprometerá na entrega às unidades escolares.

12.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.5. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 01 (uma) hora se a fornecedora for do município de Brasnorte, 05 (cinco) horas se for de outra cidade dentro do Estado Mato Grosso, e 08 (oito) horas se for cidade de outro Estado do Brasil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.6. O produto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,





verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.8. As entregas subsequentes deverão ocorrer de forma programada ou sob demanda, conforme solicitação formalizada pela Administração, garantindo regularidade no atendimento e evitando descontinuidade dos serviços essenciais.

13.9. O recebimento dos botijões será feito em duas etapas: inicialmente de forma provisória, mediante conferência de quantidade, integridade e conformidade técnica do produto, e posteriormente de forma definitiva, após verificação da adequação do fornecimento às especificações estabelecidas no Termo de Referência, assegurando transparência e rastreabilidade em todas as fases do processo.

13.10. As entregas ocorrerão nos locais designados pela Administração, incluindo escolas, unidades de saúde, centros de assistência social, repartições administrativas e outros pontos previamente definidos, observadas as condições logísticas e de infraestrutura de cada unidade.

13.11. Em todos os casos, deverá ser assegurada a compatibilidade entre as condições de entrega e a necessidade imediata de consumo, respeitando as especificidades de cada setor atendido.

13.12. Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes de acordo com as solicitações ao fornecedor e no limite das quantidades previstas nas Notas de Empenhos, tendo o prazo de até 2(duas) horas para realizar a entrega:

- a) O endereço da entrega deverá ser conforme descrito na nota de empenho emitida pela Secretaria solicitante;
- b) Para escolas de zona rural a entrega será feita pela Secretaria Municipal de Educação.

13.13. A contratada será responsável por fornecer exclusivamente botijões de GLP no padrão P-13, devidamente lacrados, envasados dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas da ANP e da ABNT.

13.14. O produto deverá apresentar condições ideais de segurança, sem avarias, deformações ou vazamentos, garantindo estanqueidade e qualidade para uso imediato.

13.15. Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e certificado de conformidade, evidenciando a procedência regular e autorizada do produto, em atendimento às normas legais e regulatórias.

13.16. O descumprimento de qualquer requisito técnico ensejará a recusa do recebimento pela Administração e a imediata substituição do item pela contratada, sem ônus adicional ao Município.

13.17. O modelo de execução também contempla as responsabilidades operacionais, impondo à contratada a obrigação de manter logística adequada para a pronta entrega do produto, disponibilizando frota de veículos apropriados, pessoal treinado e estrutura capaz de atender de forma tempestiva e segura a todas as solicitações.

13.18. Os motoristas e entregadores deverão estar devidamente capacitados para o manuseio de recipientes de GLP, adotando medidas de segurança durante o transporte, carga, descarga e armazenamento temporário.





13.19. Além disso, caberá à contratada proceder ao recolhimento dos recipientes vazios e substituí-los por recipientes cheios, assegurando a continuidade do fornecimento e evitando qualquer risco de paralisação nos serviços públicos dependentes do produto.

13.20. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.21. Os itens/serviços deverão ser entregues conforme definido na NAD Nota de Autorização de Despesa.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO E DO PRAZO

14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

14.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

14.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.5.2. Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.

14.5.3. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

14.5.4. Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.5.5. Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.

14.5.6. Fica Dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

14.5.7. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023.





14.5.8. A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea “a” da resolução CGSN nº 140/2018.

14.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Após a homologação, a licitante vencedora do certame terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de sua convocação, a qual se dará por e-mail previamente informado, para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de decair do direito ao Registro;

15.2 O prazo previsto para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela parte e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3 A assinatura da Ata de Registro de Preços não implica na obrigatoriedade da aquisição da totalidade dos itens registrados, tendo em vista que o registro de preços serve para assegurar uma futura aquisição, dentro do prazo de vigência, no entanto, para fins de cumprimento do art. 82, inciso II, da lei federal 14.133/2021, fica estimada a quantidade mínima de 80% (oitenta por cento) a serem adquiridos dos itens registrados no período de vigência contratual.

15.4 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, por uma única vez.

15.4.1 Para fins de prorrogação/renovação da Ata de Registro de Preço, deverá ser observado os seguintes requisitos cumulativamente:

- I – Comprovação de que o preço registrado é vantajoso;
- II - Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;
- III - O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;
- IV - A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

15.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

15.6 Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, verificar-se-á, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

15.7 Na hipótese de irregularidade, será dado 05 (cinco) dias corridos para regularizar a situação, sob pena de aplicação da sanção administrativa.

15.8 Quando a licitante convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outra licitante para fazê-lo, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.





15.9 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contado da data do procedimento licitatório que originou o presente contrato.

15.10 É vedado o reajuste e alteração de preços durante o prazo de validade do registro de preços, exceto nos casos de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto ao fornecedor.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Contrato que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

IV. **Multa**:





1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º);

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

16.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

16.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160).

16.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e





Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

16.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DAS OBRIGAÇÕES

17.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1.1 São obrigações do Contratante:

17.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

17.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

17.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.1.5 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;

17.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato

17.1.7 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;

17.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.1.9 Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;

17.1.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;

17.1.12 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

17.1.13 Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contendo;

17.1.14 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

17.1.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;





17.1.16 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.1.17 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.2.2 Compete à empresa garantir a entrega dos botijões de gás sempre que formalmente solicitada pela Administração, observando rigorosamente os prazos, quantidades e condições estabelecidas em cada requisição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo e adequado das necessidades das Secretarias Municipais.

17.2.3 É obrigação da contratada fornecer botijões devidamente lacrados, em conformidade com as especificações do fabricante, com peso líquido compatível ao declarado e em estrito cumprimento às normas de segurança vigentes.

17.2.4 A empresa deverá ainda assegurar que todos os recipientes entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem avarias, ferrugens, vazamentos ou quaisquer defeitos que comprometam a segurança do produto ou coloquem em risco a integridade dos servidores e usuários.

17.2.5 Compete-lhe realizar o transporte dos produtos de forma adequada, utilizando veículos compatíveis e autorizados para o transporte de GLP, em conformidade com a legislação específica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com as normas de segurança do Corpo de Bombeiros. Para entregar em escolas rurais será conforme descrito no item 5.7 “b”.

17.2.6 A contratada será também responsável pelo recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, garantindo a correta logística de troca e evitando a acumulação indevida de recipientes.

17.2.7 É de responsabilidade da contratada apresentar as notas fiscais eletrônicas em consonância com as quantidades efetivamente entregues, devidamente acompanhadas dos comprovantes de recebimento assinados pelos servidores responsáveis pela conferência.

17.2.8 Além disso, deverá manter atualizada toda a documentação legal e fiscal exigida para a habilitação e participação no certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis em caso de irregularidade.

17.2.9 A contratada deverá disponibilizar canais formais de comunicação com a Administração, a fim de possibilitar o pronto atendimento de solicitações, esclarecimentos ou ajustes que se fizerem necessários durante a vigência do contrato.

17.2.10 Para fiscalização, a empresa deverá facilitar o acompanhamento da execução contratual, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas, submetendo-se à supervisão dos fiscais designados e acatando as determinações emanadas da Administração, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa.





17.2.11 Também lhe compete adotar práticas de gestão que assegurem a qualidade do fornecimento, incluindo o treinamento de seus colaboradores em normas de segurança, manuseio e transporte do produto.

17.2.12 A contratada deve ainda garantir o imediato atendimento de eventuais inconformidades verificadas pela Administração, procedendo à substituição de botijões ou à correção de falhas identificadas, sem ônus adicional para o Município.

17.2.13 A empresa contratada é responsável pelo cumprimento integral das disposições legais aplicáveis à atividade, devendo observar não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também a legislação ambiental, tributária, trabalhista e de segurança vigentes, zelando pela regularidade de sua atuação e pela preservação do interesse público.

17.2.14 O adimplemento fiel de todas essas obrigações assegura a eficiência do fornecimento, a confiabilidade da execução contratual e a adequada destinação dos recursos públicos, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

17.2.15 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

17.2.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

17.2.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

17.2.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

17.2.19 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

17.2.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

17.2.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

17.2.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

17.2.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;





17.2.24 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

17.2.25 Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

17.2.26 Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

17.2.27 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

17.2.28 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

17.2.29 Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021;

17.2.30 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais, tributárias e outras atinentes a tal procedimento resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. Não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do município por qualquer despesa;

17.2.31 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espeque na lei;

17.2.32 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;

17.2.33 Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

17.2.34 Designar profissional responsável para prestação dos serviços;

17.2.35 Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;

17.2.36 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

17.2.37 Assumir todos os custos com transporte, alimentação, hospedagem, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, não cabendo nenhum ressarcimento pela contratante;





17.2.38 Substituir os produtos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega;

17.2.39 Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

17.2.40 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;

17.2.41 A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

17.2.42 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.2.43 Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

17.2.44 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;

17.2.45 Realizar a entrega dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento;

17.2.46 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

17.2.47 Disponibilizar nos locais solicitados, os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Administração e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição contratual;

17.2.48 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços;

17.2.49 Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.

17.2.50 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

17.2.51 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

17.2.52 Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.





17.2.53 Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

17.2.54 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023.

17.2.55 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea “a” da resolução CGSN nº 140/2018.

17.2.56 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A ata da sessão pública será divulgada no Sistema Licitanet.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.5 A homologação do resultado desta licitação será feita pela Autoridade Superior.

18.6 A Autoridade Superior poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.7 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento das obrigações constantes na Ata de Registro de Preços.

18.8 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo ainda, todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, uma vez que o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Administração Pública Municipal.





18.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

18.11 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 021/2025, Registro de preço.

18.12 No caso de todas as licitantes restarem desclassificadas ou inabilitadas (procedimento fracassado), a Administração poderá:

18.12.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

18.12.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

18.12.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

18.13 Para questões que por ventura solicitadas não resolvidas por via administrativa, o Foro será da Comarca de Brasnorte/MT.

18.14 Fica autorizada a adesão a esta ata de registro de preços por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 021/2025.

Brasnorte-MT, 19 de setembro de 2025.

Cecilia Ribeiro Campos

Secretária Municipal de Administração

Portaria: 025/2025

Lorena Barros Silva

Secretária Municipal de Assistente Social

Portaria: 125/2025

Nilo Ribeiro Amoa

Secretário Municipal de Assuntos Indígenas

Portaria: 012/2025

Evandro Luiz Adams

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Agrário e Meio Ambiente

Portaria: 088/2025





Jonatas Ferreira de Melo

Secretário Municipal de Educação

Portaria: 019/2025

Agmar Antônio De Carvalho

Secretário Municipal de Esporte

Portaria: 024/2025

Giovan Luis Burg

Secretário Municipal de Finanças

Portaria: 018/2025

Andrew Matheus Wagner

Secretário Municipal de Infraestrutura

Portaria: 020/2025

Cecilia Ribeiro Campos

Secretária Municipal de Planejamento Turismo e Cultura

Portaria: 026/2025

Weriky Victor de Oliveira Araújo

Secretário Municipal de Saúde

Portaria: 023/2025





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme previsto no inciso XXIII, do artigo 6º, e § 1º do artigo 40, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

Processo Administrativo Público

Município de Brasnorte-MT

Setor requisitante: Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente, Educação, Esportes, Finanças, Infraestrutura, Planejamento, Turismo e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021 e Art. 30 I, do Decreto Municipal nº 09/2024)

1.1 O presente termo de referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E CAPAZ DE ATENDER NO FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO GLP – 13 KG P-(13)**, em conformidade com as especificações de descrição e quantidade detalhadamente elencadas neste documento, amparada pelas disposições legais vigentes que regulam tal procedimento para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Brasnorte.

1.2 Descrição do objeto:

ITEM	CÓD. SISTEMA / TCE	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	010.012.155 / 11881-8	RECARGA DE GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	unid	1.196	R\$ 140,69	R\$ 168.265,24

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 03/2024, onde consta no art. 5º a vedação aquisição de bens enquadrados como luxo por este Município.





2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 II, do Decreto Municipal nº 09/2024)

- 2.1 A Administração Pública Municipal, no exercício de suas atribuições, tem como dever assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos à população. Nesse contexto, observa-se a necessidade de garantir o fornecimento regular e adequado de gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijões de 13 kg (P-13), produto indispensável para o funcionamento de diversas unidades administrativas, educacionais, de saúde, de assistência social e demais repartições públicas.
- 2.2 Atualmente, tais setores demandam o uso contínuo do GLP para preparo de refeições em cozinhas institucionais, aquecimento de alimentos e outras atividades correlatas, cujo não atendimento comprometeria diretamente a execução de políticas públicas essenciais, ocasionando prejuízos à coletividade e à eficiência dos serviços prestados.
- 2.3 A ausência de contratação adequada poderia acarretar interrupções no fornecimento de merenda escolar, atrasos no atendimento de programas sociais e dificuldades operacionais em setores administrativos que dependem do uso desse insumo, gerando insatisfação da comunidade e descumprimento das responsabilidades institucionais.
- 2.4 O fornecimento de botijões de GLP 13 kg apresenta finalidade específica e de relevância indiscutível para a rotina da Administração. Trata-se do tipo de recipiente mais utilizado para uso institucional e doméstico, apresentando praticidade no manuseio, segurança e padronização para o preparo de refeições em cozinhas públicas.
- 2.5 Na rede municipal de ensino, o gás é elemento essencial para a produção da merenda escolar, que contribui diretamente para o desenvolvimento nutricional dos alunos e para a melhoria das condições de permanência em sala de aula.
- 2.6 No âmbito da assistência social, o insumo é utilizado em serviços de acolhimento institucional e programas de atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade, possibilitando a execução de atividades básicas de preparo alimentar.
- 2.7 Já nas unidades de saúde, a disponibilidade do GLP assegura condições adequadas para atividades de apoio que envolvem a manipulação e conservação de alimentos, destinados a pacientes, servidores e acompanhantes.
- 2.8 Dessa forma, a contratação confere suporte direto às atividades finalísticas e meio da Administração.
- 2.9 A aplicação prática do fornecimento de gás GLP em botijões de 13 kg se estende também aos setores administrativos e operacionais, onde há necessidade de manutenção de cozinhas de apoio e atendimento a servidores em jornadas prolongadas, especialmente em atividades de campo e em situações emergenciais.
- 2.10 A justificativa para utilização desse insumo decorre de sua versatilidade, facilidade de transporte e compatibilidade com



equipamentos já instalados nas dependências municipais, garantindo maior eficiência operacional e redução de custos com adaptações estruturais.

- 2.11** Ademais, por se tratar de item de consumo recorrente, cuja demanda é contínua e previsível, o registro de preços revela-se a solução mais adequada, pois possibilita flexibilidade, economicidade e gestão eficiente dos recursos públicos, assegurando que a Administração possa efetivar aquisições conforme a necessidade real, sem desperdícios ou sobrecarga orçamentária.
- 2.12** A relevância da contratação é reforçada pelo impacto direto na qualidade e continuidade dos serviços públicos em eventos ofertados à população.
- 2.13** O atendimento às demandas da merenda escolar - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos programas sociais e das unidades de saúde depende diretamente da disponibilidade do GLP, de modo que sua ausência ou irregularidade comprometeria direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, como a alimentação adequada, a saúde e a assistência social.
- 2.14** Nesse sentido, a contratação está alinhada às metas institucionais do Município de assegurar eficiência, qualidade e regularidade dos serviços prestados, observando os princípios da economicidade, do interesse público, da eficiência administrativa e da legalidade, conforme preceituado pela Lei nº 14.133/2021.
- 2.15** Assim, a presente contratação mostra-se imprescindível para garantir a regularidade do fornecimento de gás liquefeito de petróleo em botijões de 13 kg, atendendo de forma ampla e contínua as necessidades operacionais da Prefeitura Municipal de Brasnorte.
- 2.16** Trata-se de medida planejada, fundamentada e motivada, que assegura a manutenção de atividades essenciais e reflete o compromisso da Administração com a boa gestão dos recursos públicos.
- 2.17** Ao adotar o sistema de registro de preços, o Município reforça sua conformidade com os dispositivos legais vigentes e demonstra zelo pelo interesse público, consolidando a contratação como um instrumento estratégico para a efetividade das políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida da população local.

DO PROCEDIMENTO

- 2.18** A presente contratação será via Licitação na modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento por menor preço por item, em conformidade com os preceitos estabelecidos nos termos dos artigos 6º, inciso XLI e XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6. Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal





de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- 2.19 O Estudo Técnico Preliminar, foi elaborado e o processo encontra-se anterior a este Termo de Referência.

DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 2.20 Embora o Município de Brasnorte - MT, demonstre disponibilidade orçamentária prevista em Lei Orçamentária Anual e Quadro de Detalhamento de Despesa, não demonstra previsão no Plano de Contratação Anual, pela sua não elaboração, conforme Art. 18, § 1º, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 III, do Decreto Municipal nº 09/2024)

- 3.1 Prestação de serviços em conformidade com as especificações e quantitativos relacionados na tabela constante do item 1.2 deste Termo de Referência;
- 3.2 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico (*no item IV*) do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

CICLO DE VIDA ÚTIL

- 3.3 O ciclo de vida do fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP em botijões de 13 kg inicia-se com a aquisição do produto devidamente envasado em recipientes certificados, obedecendo às normas de segurança e qualidade estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes.
- 3.4 Após a entrega e recebimento nas unidades da Administração Pública Municipal, o gás é utilizado de forma imediata e contínua em cozinhas escolares, unidades de saúde, programas sociais e setores administrativos, atendendo a demandas essenciais de preparo de alimentos e apoio operacional.
- 3.5 Concluída a utilização, os recipientes retornam ao fornecedor para o processo de reabastecimento, reutilização e circulação controlada, garantindo a rastreabilidade e a conformidade técnica do produto em todas as etapas.
- 3.6 Dessa forma, trata-se de um objeto cujo ciclo de vida é marcado pelo fornecimento recorrente, de consumo rápido e com reposição periódica, mantendo-se ativo enquanto houver demanda operacional da Administração.
- 3.7 Esse fluxo contínuo assegura a eficiência no uso do recurso, a economicidade no processo de contratação e a sustentabilidade na gestão dos recipientes, uma vez que o ciclo de reenvase prolonga a vida útil dos botijões, reduzindo impactos ambientais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





(art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21 e Art. 30 IV, do Decreto Municipal nº 09/2024)

- 4.1** A contratação para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijões de 13 kg (P-13), deverá observar requisitos que assegurem a eficácia, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais, de modo a atender plenamente às demandas das unidades administrativas, de saúde, de assistência social e educacionais da Prefeitura Municipal de Brasnorte.
- 4.2** Os requisitos estabelecidos têm como fundamento os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e motivação dos atos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo concebidos para garantir a economicidade e a regularidade do fornecimento ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.

REQUISITOS GERAIS

- 4.3** No âmbito dos requisitos gerais, a empresa contratada deverá assegurar o fornecimento de botijões de GLP devidamente envasados, lacrados e em perfeito estado de conservação, com garantia de procedência, observância às normas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e demais legislações aplicáveis.
- 4.4** As entregas deverão ser realizadas dentro dos prazos estipulados pela Administração, em dias úteis e em horário comercial, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.
- 4.5** É obrigatório que os botijões entregues estejam dentro do prazo de validade, com selo de certificação e condições plenas de segurança, de modo a assegurar a integridade física dos usuários e a plena funcionalidade do produto.
- 4.6** A contratada deverá ainda garantir substituição imediata em caso de defeitos identificados no momento da entrega, sem ônus adicional para o Município, assegurando a qualidade contínua do fornecimento.

REQUISITOS TÉCNICOS

- 4.7** Destaca-se que o objeto fornecido deve corresponder estritamente ao padrão P-13, com capacidade de 13 kg de GLP, vedado o fornecimento de recipientes de outros tamanhos ou especificações que não estejam previamente autorizados pela Administração.
- 4.8** Os botijões deverão atender às normas técnicas da ABNT e às exigências da ANP quanto à fabricação, envase, segurança e comercialização.
- 4.9** O desempenho esperado é que cada recipiente apresente estanqueidade, ausência de avarias estruturais, válvulas e lacres íntegros, além de identificação clara e legível do fornecedor autorizado.
- 4.10** O controle de qualidade deverá ser feito pela contratada em todas as fases do processo de distribuição, assegurando que o produto entregue mantenha suas características originais até o momento da utilização.

REQUISITOS OPERACIONAIS

- 4.11** Quanto aos requisitos operacionais, a empresa deverá dispor de logística adequada para atender prontamente as demandas da Administração, assegurando transporte seguro dos botijões e disponibilidade de frota compatível com a quantidade e a frequência de fornecimento.



- 4.12** A mão de obra empregada deverá ser devidamente capacitada para manuseio e entrega de recipientes de GLP, observando todas as normas de segurança vigentes.
- 4.13** Caberá à contratada fornecer os insumos necessários à execução, incluindo o recolhimento dos vasilhames vazios e a reposição pelos cheios, garantindo fluxo contínuo de utilização.
- 4.14** A operação deverá considerar condições ambientais e de segurança, evitando riscos de acidentes durante o transporte, o descarregamento e o armazenamento temporário nos locais de entrega.

REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONFORMIDADE

- 4.15** A execução do objeto deverá respeitar integralmente as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, as normas técnicas da ABNT, as resoluções da ANP (Agência Nacional de Petróleo) e demais legislações pertinentes ao armazenamento, transporte e comercialização de GLP.
- 4.16** A contratada deverá possuir todas as licenças, autorizações e registros exigidos para exercer a atividade, incluindo alvarás de funcionamento e autorização específica da ANP.
- 4.17** É vedada a utilização de recipientes não certificados, com prazo de validade expirado ou em desacordo com os padrões de segurança.
- 4.18** O cumprimento rigoroso dessas exigências é condição indispensável para evitar riscos à saúde, à integridade física dos usuários e ao patrimônio público.
- 4.19** Dessa forma, os requisitos ora estabelecidos garantem que o fornecimento de GLP em botijões de 13 kg seja realizado com qualidade, segurança e regularidade, assegurando a eficiência operacional das unidades públicas e a economicidade para o Município.
- 4.20** A observância integral às condições técnicas, operacionais e de conformidade previstas neste item é indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos e o atendimento das necessidades essenciais da população, consolidando a contratação como medida planejada, fundamentada e alinhada ao interesse público.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.21** Atestado de Capacidade Técnica que comprove já ter fornecido materiais e executado serviços de natureza da presente licitação, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou provado, informando as quantidades, constando fornecimento, valores e demais dados técnicos, indicando o nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a quantidade dos produtos solicitados de no mínimo 50% que envolvam características mínimas semelhantes em nome da licitante.
- 4.22** Apresentar certificado de licença do Corpo de Bombeiros.
- 4.23** Certificado emitido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), autorizando a empresa a exercer a atividade de venda/revenda de gás liquefeito de petróleo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 30 V, do Decreto Municipal nº 09/2024.)



- 5.1** A adoção de um modelo de execução contratual bem definido é medida indispensável para assegurar a qualidade, a regularidade e a eficiência da contratação relativa ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, acondicionado em botijões de 13 kg (P-13). A estruturação clara das responsabilidades da contratada e da Administração constitui instrumento fundamental para garantir que o objeto seja entregue dentro dos padrões de segurança, eficiência operacional e economicidade, observando estritamente os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e motivação dos atos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, o modelo proposto orienta a execução contratual desde o início até a conclusão de cada fornecimento, abrangendo aspectos técnicos, administrativos e de controle, assegurando a perfeita adequação às necessidades do Município e à expectativa da coletividade.
- 5.2** A execução contratual terá início imediato após a assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento pela Administração, respeitando prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis para a primeira entrega, a fim de possibilitar a mobilização logística e a organização operacional da contratada.
- 5.3** As entregas subsequentes deverão ocorrer de forma programada ou sob demanda, conforme solicitação formalizada pela Administração, garantindo regularidade no atendimento e evitando descontinuidade dos serviços essenciais.
- 5.4** O recebimento dos botijões será feito em duas etapas: inicialmente de forma provisória, mediante conferência de quantidade, integridade e conformidade técnica do produto, e posteriormente de forma definitiva, após verificação da adequação do fornecimento às especificações estabelecidas no Termo de Referência, assegurando transparência e rastreabilidade em todas as fases do processo.
- 5.5** As entregas ocorrerão nos locais designados pela Administração, incluindo escolas, unidades de saúde, centros de assistência social, repartições administrativas e outros pontos previamente definidos, observadas as condições logísticas e de infraestrutura de cada unidade.
- 5.6** Em todos os casos, deverá ser assegurada a compatibilidade entre as condições de entrega e a necessidade imediata de consumo, respeitando as especificidades de cada setor atendido.
- 5.7** Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes de acordo com as solicitações ao fornecedor e no limite das quantidades previstas nas Notas de Empenhos, tendo o prazo de até 2(duas) horas para realizar a entrega:
- a)** O endereço da entrega deverá ser conforme descrito na nota de empenho emitida pela Secretaria solicitante;
 - b)** Para escolas de zona rural a entrega será feita pela Secretaria Municipal de Educação.
- 5.8** A contratada será responsável por fornecer exclusivamente botijões de GLP no padrão P-13, devidamente lacrados, envasados dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas da ANP e da ABNT.

- 5.9 O produto deverá apresentar condições ideais de segurança, sem avarias, deformações ou vazamentos, garantindo estanqueidade e qualidade para uso imediato.
- 5.10 Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e certificado de conformidade, evidenciando a procedência regular e autorizada do produto, em atendimento às normas legais e regulatórias.
- 5.11 O descumprimento de qualquer requisito técnico ensejará a recusa do recebimento pela Administração e a imediata substituição do item pela contratada, sem ônus adicional ao Município.
- 5.12 O modelo de execução também contempla as responsabilidades operacionais, impondo à contratada a obrigação de manter logística adequada para a pronta entrega do produto, disponibilizando frota de veículos apropriados, pessoal treinado e estrutura capaz de atender de forma tempestiva e segura a todas as solicitações.
- 5.13 Os motoristas e entregadores deverão estar devidamente capacitados para o manuseio de recipientes de GLP, adotando medidas de segurança durante o transporte, carga, descarga e armazenamento temporário.
- 5.14 Além disso, caberá à contratada proceder ao recolhimento dos recipientes vazios e substituí-los por recipientes cheios, assegurando a continuidade do fornecimento e evitando qualquer risco de paralisação nos serviços públicos dependentes do produto.
- 5.15 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.16 Os serviços deverão ser entregues conforme definido na NAD Nota de Autorização de Despesa.

CONFORMIDADE NORMATIVA E AMBIENTAL

- 5.17 A contratada deverá apresentar todas as licenças e autorizações exigidas pela legislação vigente, incluindo registro na ANP e alvarás de funcionamento expedidos pelos órgãos competentes.
- 5.18 O ciclo de vida do objeto deverá ser observado em sua integralidade, com devolução, reenvase e redistribuição controlada dos botijões, assegurando práticas sustentáveis e em conformidade com as normas ambientais.
- 5.19 Em casos de recipientes danificados ou em condições inadequadas de uso, a contratada deverá proceder à substituição imediata e garantir o descarte ambientalmente correto, preservando a segurança da população e a integridade do patrimônio público.
- 5.20 Para garantir a efetividade da execução, a Administração instituirá mecanismos permanentes de acompanhamento e fiscalização, designando servidores responsáveis, conforme descritos no item 7 deste Termo de Referência pela conferência de cada fornecimento, pela verificação de conformidade técnica e pela formalização de registros em relatórios específicos.
- 5.21 A contratada deverá manter canal de comunicação aberto com a Administração, permitindo a rápida solução de inconsistências, a apresentação



de justificativas quando cabível e a pronta adequação a orientações emanadas pela fiscalização.

5.22 O não cumprimento das condições contratuais sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas na legislação e no contrato, resguardando o interesse público e a continuidade da execução.

5.23 A contratada deverá adaptar-se às particularidades de cada local de entrega, garantindo a integridade do produto, a segurança no manuseio e a regularidade do fornecimento.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

(art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1 Fica dispensada a garantia para execução da contratação, conforme faculta o art. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21 Art. 30 VI do Decreto Municipal nº 09/2024)

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), nomeado pela portaria nº 363/2025.

GABINETE MUNICIPAL	
TITULAR	GEANDRA FIGUEIREDO WELTER
CPF:	036.xxx.xxx-44
MATRÍCULA	6071
SUBSTITUTO	THAYNA GOMES DO NASCIMENTO
CPF:	060.xxx.xxx-01
MATRÍCULA	6351
GESTOR(A)	FRANCIELE DA SILVA HERMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULAR	JEANNE FOLADOR DOS SANTOS
CPF:	035.***.***-44
MATRÍCULA	4984
SUBSTITUTO	FELIPE COLOMBO CECHINI
CPF:	392.***.***-64
MATRÍCULA	4779
GESTOR(A)	CECILIA RIBEIRO CAMPOS





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
TITULAR	MARA ANDRESSA KUNST KEMPA
CPF:	951.xxx.xxx-06
MATRÍCULA	1877
SUBSTITUTO	SANDRA MARCHEZAN
CPF:	852.***.***-49
MATRÍCULA	5575
GESTOR(A)	LORENA BARROS SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE	
TITULAR	VALDEMIR GIACOMEL
CPF:	650.xxx.xxx-04
MATRÍCULA	5753
SUBSTITUTO	ROGÉRIO SCHROEDER
CPF:	726.***.***-00
MATRÍCULA	2959
GESTOR(A)	EVANDRO ADAMS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
TITULAR	CRISTIANA RODRIGUES PROPODOLSKI
CPF:	036.***.***-66
MATRÍCULA	5948
SUBSTITUTO	INES PAZDORA
CPF:	481.***.***-49
MATRÍCULA	678
GESTOR(A)	JONATAS FERREIRA DE MELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO	
TITULAR	ROBERTO DOS SANTOS CHAVES
CPF:	842.***.***-49
MATRÍCULA	478
SUBSTITUTO	MARCELO RICARDO GOMES BAZZAN
CPF:	053.xxx.xxx-65
MATRÍCULA	3966
GESTOR(A)	AGMAR ANTONIO DE CARVALHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
TITULAR	ANTONIO DAS NEVES MORENO NETO
CPF:	864.***.***-20
MATRÍCULA	319
SUBSTITUTO	DAVID EDUARDO CAERON MAGRINI
CPF:	651.xxx.xxx-04
MATRÍCULA	3858
GESTOR(A)	GIOVAN LUIS BURG
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
TITULAR	GEOWVANA CARDOSO RODRIGUES
CPF:	052.***.***-81
MATRÍCULA	5644





SUBSTITUTO	JEFERSON PEREIRA DA SILVA
CPF:	027.***.***-00
MATRÍCULA	6352
GESTOR(A)	ANDREW M. WAGNER
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TURISMO E CULTURA	
TITULAR	ROBERIO DA CRUZ SOUZA
CPF:	045.xxx.xxx-57
MATRÍCULA	6120
SUBSTITUTO	THAYNA GOMES DO NASCIMENTO
CPF:	060.xxx.xxx-01
MATRÍCULA	6371
GESTOR(A)	CECILIA RIBEIRO CAMPOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
TITULAR	ANDRE FELLYPE VIEIRA TEODORO
CPF:	038.xxx.xxx-83
MATRÍCULA	5983
SUBSTITUTO	MAGALI JUSTINA SCHIAVINI
CPF:	949.***.**-34
MATRÍCULA	259
GESTOR(A)	WERIKY VICTOR DE OLIVEIRA

7.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





- 7.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

- 8.1 O prestador de serviços será selecionado por meio de licitação com Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento por menor preço do Item, descritos no item 2.18, nos termos do **artigo 6º, inciso XLI e XLV da Lei Federal nº 14.133/2021**;
- 8.2 O prestador de serviços interessado deverá manifestar interesse após a publicação do aviso de licitação;
- 8.3 O critério de seleção adotado será por meio do prestador de serviços que apresentar o menor preço por item;
- 8.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais;
- 8.5 Atendendo aos requisitos técnicos e legais nesta etapa do processo, o Agente de Contratação solicitará os documentos de habilitação ao representante legal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.6 O prestador terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para envio da documentação completa;
- 8.7 Havendo restrição ou falta de algum documento, o Agente de Contratação solicitará a correção no mesmo prazo anterior, e em caso de não atendimento, a Secretaria solicitante decidirá a respeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- 8.8 Atendidos todos os requisitos, será homologado a contratação, iniciando-se os procedimentos de assinatura do contrato;

Exigências de Habilitação

- 8.9 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 8.10 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora/prestador de serviços e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 8.11 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor/prestador de serviços a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor





diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

- 8.12** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 8.13** O prestador será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;
- 8.14** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor/prestador de serviços será verificada por meio dos documentos apresentados;
- 8.15** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;
- 8.16** Se o prestador de serviços for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor/prestador de serviços for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 8.17** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor/prestador de serviços matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;
- 8.18** Para fins de contratação, deverá o fornecedor/prestador de serviços comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 8.19 Habilitação jurídica**
- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

OU

- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

OU

- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

OU

- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

- e) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

OU





- f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

OU

- h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.20 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.20.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoas Jurídicas (CNPJ) OU no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

8.20.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.20.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.20.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.20.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20.7 O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



8.20.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.9 Caso o prestador seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

(art. 92, V e VI, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1.1 Os critérios de medição relativos ao fornecimento de gás liquefeito de petróleo GLP, acondicionado em botijões de 13 kg (P-13), destinam-se a assegurar a adequada aferição da execução contratual, de modo a garantir a transparência, a confiabilidade e o efetivo controle da entrega.

9.1.2 A medição terá como referência a quantidade efetivamente entregue em cada solicitação formalizada pelas Secretarias Municipais, respeitando as condições, especificações e prazos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.

9.1.3 A unidade de medida adotada será cada botijão de 13 kg entregue em perfeitas condições de uso, devidamente lacrado e com peso líquido compatível ao declarado pelo fabricante.

9.1.4 Os indicadores de desempenho compreenderão a conformidade do peso líquido, a integridade física e a inviolabilidade do lacre, a adequação do prazo de entrega às demandas da Administração, bem como a observância das normas de segurança para transporte, armazenamento e manuseio do produto.

9.1.5 A periodicidade das medições será vinculada a cada entrega, visto tratar-se de contratação por registro de preço, cuja utilização será demandada conforme as necessidades de cada Secretaria Municipal ao longo da vigência contratual.

9.1.6 Para fins de comprovação, serão aceitas as notas fiscais eletrônicas emitidas pela contratada, acompanhadas dos respectivos comprovantes de recebimento, assinados pelo servidor responsável pela conferência da entrega.

9.1.7 A Administração poderá realizar, sempre que necessário, a pesagem aleatória dos botijões, a fim de verificar a correspondência entre a quantidade entregue e a quantidade faturada. Havendo divergências ou não conformidades, a contratada ficará obrigada a efetuar a substituição imediata do vasilhame ou o ajuste devido, sem qualquer ônus adicional ao Município, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato.

9.1.8 A aprovação das medições observará um procedimento composto pela análise documental e pela verificação física das entregas.

9.1.9 O aceite provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência da quantidade e da integridade dos botijões, enquanto o aceite definitivo

dependerá da validação dos documentos comprobatórios e da análise de conformidade realizada pela fiscalização contratual.

9.1.10 Identificadas inconsistências, a Administração poderá suspender a aprovação até a devida correção, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.1.11 Todos os registros das medições e verificações deverão constar em relatórios de fiscalização, que servirão como base documental para a liquidação da despesa e para o acompanhamento gerencial do contrato.

9.1.12 Esses relatórios conterão a identificação da Secretaria solicitante, a quantidade de botijões entregues, a conformidade com os parâmetros contratuais, os documentos apresentados e eventuais ocorrências registradas durante a execução.

9.1.13 A adoção desses critérios de medição assegura a rastreabilidade e a confiabilidade das informações, promovendo o controle efetivo da execução contratual e garantindo que os fornecimentos ocorram dentro das condições previamente estabelecidas.

9.1.14 Desse modo, preserva-se o interesse público, assegura-se a adequada aplicação dos recursos financeiros e reforça-se a observância dos princípios da eficiência, legalidade e planejamento que regem a Administração Pública, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

9.2 RECEBIMENTO

9.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega deverá constar todo o escopo da prestação dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

9.2.2 A prestação dos serviços ocorrerá conforme cronograma definido entre as partes, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

9.2.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

9.2.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

9.2.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos itens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.3 FORMA DE PAGAMENTO



- 9.3.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;
- 9.3.2** Adicionalmente, o boleto para pagamento também poderá ser encaminhado para o endereço pré-estabelecido, conforme ciclo e vencimento determinados para o contrato.
- 9.3.3** O pagamento será efetuado com base no serviço efetivamente prestado, e por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, as regularidades das certidões exigidas neste instrumento serão verificadas pela área administrativa da Prefeitura Municipal de Brasnorte.
- 9.3.4** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias descritas em contrato.
- 9.3.5** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4 PRAZO DE PAGAMENTO

- 9.4.1** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 9.4.2** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9.5 LIQUIDAÇÃO

- 9.5.1** A nota fiscal/fatura com os dados bancário que contenha código de barras, deverá ser entregue pela contratada em cada uma das unidades consumidoras descritas no item mencionado acima, conforme informado no item 5.3 deste termo de referência;
- 9.5.2** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.5.3** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
- 9.5.4** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.





9.5.5 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.5.6 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.5.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.5.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.5.11 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.5.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após a apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = (6/100) / 365$ $I = 0,00016438$ Onde

i = taxa percentual anual no valor de 6%

9.5.13 Sempre que for exigido, em todo e qualquer processamento de pagamento no âmbito desta Administração Pública, inclusive os tipos delineados nos artigos 142 a 145 da Lei 14.133/2021, bem como o pagamento direto descrito no inciso IV do § 3º do artigo 121 da mesma Lei 14.133/2021, quando e se aplicáveis, e nas medidas e formas de suas





exigibilidades, sempre que possível, a emissão da Nota Fiscal/Fatura contemple as glosas que, eventualmente, sejam aplicadas.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. O Cronograma financeiro do ocorrerá dentro da Programação Financeira do presente Exercício da Secretaria de Administração.

A contratação será atendida pela seguinte dotação Programática:

✓ **Secretaria Municipal de Administração;**

Programática:

03.001.04.122.0002.2.005.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Assistência Social;**

Programática:

09.004.08.244.0013.2.050.3.3.90.30.00.00

09.004.08.244.0013.2.050.3.3.90.30.00.00

09.004.08.244.0013.2.050.3.3.90.30.00.00

09.005.08.243.0013.2.047.3.3.90.30.00.00

09.006.08.241.0013.2.041.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas;**

Programática:

12.001.14.423.0005.2360.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente;**

Programática:

07.002.18.542.0005.2.348.3.3.90.30.00.00

07.004.17.512.0020.2.356.3.3.90.30.00.00

07.001.20.122.0002.2.011.3.3.90.30.00.00

07.001.22.661.0005.1.432.3.3.90.30.00.00

07.001.20.606.0005.2.092.3.3.90.30.00.00

07.001.21.631.0005.2.337.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Educação;**

Programática:

05.001.12.122.0002.2334.3.3.90.30.00.00

05.002.12.361.0033.2096.3.3.90.30.00.00

05.002.12.361.0033.2096.3.3.90.30.00.00

05.002.12.365.0060.2098.3.3.90.30.00.00

05.002.12.365.0060.2098.3.3.90.30.00.00

05.002.12.365.0074.2102.3.3.90.30.00.00

05.002.12.365.0074.2102.3.3.90.30.00.00

05.002.12.367.0008.2109.3.3.90.30.00.00

05.004.12.361.0073.2015.3.3.90.30.00.00

05.004.12.361.0073.2015.3.3.90.30.00.00

05.002.12.361.0033.2096.3.3.90.30.00.00

05.002.12.361.0033.2096.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Esporte;**

Programática:

10.001.04.122.0002.2326.33.90.30.00.00

10.003.27.812.0011.2105.33.90.30.00.00





✓ **Secretaria Municipal de Finanças;**

Programática:

08.001.04.123.0002.2008.3.3.90.30.00.00

08.002.04.129.0002.2329.3.3.90.30.00.00

08.004.17.512.0020.2052.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Infraestrutura;**

Programática:

04.002.15.451.0021.2054.3.3.90.30.00.00

04.004.26.782.0021.2058.3.3.90.30.00.00

04.001.04.122.0002.2056.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura;**

Programática:

11.002.23.695.0049.2071.3.3.90.30.00.00

11.004.13.392.0010.2033.3.3.90.30.00.00

✓ **Secretaria Municipal de Saúde;**

Programática:

06.001.10.301.0062.2115.3.3.90.30.00.00

06.001.10.302.0064.2146.3.3.90.30.00.00

06.001.10.302.0064.2147.3.3.90.30.00.00

06.001.10.302.0064.2149.3.3.90.30.00.00

06.001.10.304.0065.2150.3.3.90.30.00.00

06.001.10.305.0065.2151.3.3.90.30.00.00

06.001.10.305.0065.2151.3.3.90.30.00.00

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021)

11.1 São obrigações do Contratante:

11.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

11.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

11.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;

11.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;

11.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



- 11.1.8** Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 11.1.9** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 11.1.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;
- 11.1.11** Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 11.1.12** Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contento;
- 11.1.13** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 11.1.14** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.1.15** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.1.16** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei nº 14.133/2021)

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Compete à empresa garantir a entrega dos botijões de gás sempre que formalmente solicitada pela Administração, observando rigorosamente os prazos, quantidades e condições estabelecidas em cada requisição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo e adequado das necessidades das Secretarias Municipais.

12.1.2 É obrigação da contratada fornecer botijões devidamente lacrados, em conformidade com as especificações do fabricante, com peso líquido compatível ao declarado e em estrito cumprimento às normas de segurança vigentes.

12.1.3 A empresa deverá ainda assegurar que todos os recipientes entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem avarias, ferrugens, vazamentos ou quaisquer defeitos que comprometam a segurança do produto ou coloquem em risco a integridade dos servidores e usuários.

12.1.4 Compete-lhe realizar o transporte dos produtos de forma adequada, utilizando veículos compatíveis e autorizados para o transporte de GLP, em conformidade com a legislação específica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com as normas de segurança do Corpo de Bombeiros. Para entregar em escolas rurais será conforme descrito no item 5.7 “b”.



12.1.5A contratada será também responsável pelo recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, garantindo a correta logística de troca e evitando a acumulação indevida de recipientes.

12.1.6É de responsabilidade da contratada apresentar as notas fiscais eletrônicas em consonância com as quantidades efetivamente entregues, devidamente acompanhadas dos comprovantes de recebimento assinados pelos servidores responsáveis pela conferência.

12.1.7Além disso, deverá manter atualizada toda a documentação legal e fiscal exigida para a habilitação e participação no certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis em caso de irregularidade.

12.1.8A contratada deverá disponibilizar canais formais de comunicação com a Administração, a fim de possibilitar o pronto atendimento de solicitações, esclarecimentos ou ajustes que se fizerem necessários durante a vigência do contrato.

12.1.9Para fiscalização, a empresa deverá facilitar o acompanhamento da execução contratual, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas, submetendo-se à supervisão dos fiscais designados e acatando as determinações emanadas da Administração, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.1.10 Também lhe compete adotar práticas de gestão que assegurem a qualidade do fornecimento, incluindo o treinamento de seus colaboradores em normas de segurança, manuseio e transporte do produto.

12.1.11 A contratada deve ainda garantir o imediato atendimento de eventuais inconformidades verificadas pela Administração, procedendo à substituição de botijões ou à correção de falhas identificadas, sem ônus adicional para o Município.

12.1.12 A empresa contratada é responsável pelo cumprimento integral das disposições legais aplicáveis à atividade, devendo observar não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também a legislação ambiental, tributária, trabalhista e de segurança vigentes, zelando pela regularidade de sua atuação e pela preservação do interesse público.

12.1.13 O adimplemento fiel de todas essas obrigações assegura a eficiência do fornecimento, a confiabilidade da execução contratual e a adequada destinação dos recursos públicos, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

12.1.14 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.15 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.16 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.17 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;





12.1.18 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.1.19 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.1.23 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

12.1.24 Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

12.1.25 Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

12.1.26 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

12.1.27 Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

12.1.28 Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021;

12.1.29 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais, tributárias e outras atinentes a tal procedimento resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. Não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do município por qualquer despesa;

12.1.30 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espreque na lei;

12.1.31 Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros,





inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;

12.1.32 Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

12.1.33 Designar profissional responsável para prestação dos serviços;

12.1.34 Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;

12.1.35 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

12.1.36 Assumir todos os custos com transporte, alimentação, hospedagem, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, não cabendo nenhum ressarcimento pela contratante;

12.1.37 Substituir os produtos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega;

12.1.38 Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

12.1.39 Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;

12.1.40 A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

12.1.41 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.42 Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

12.1.43 Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;

12.1.44 Realizar a entrega dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento;

12.1.45 O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

12.1.46 Disponibilizar nos locais solicitados, os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Administração e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição contratual;

12.1.47 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços;

12.1.48 Em cumprimento ao **Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023**, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do





Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.

12.1.49 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

12.1.50 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

12.1.51 Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.

12.1.52 Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

12.1.53 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023.

12.1.54 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea "a" da resolução CGSN nº 140/2018.

12.1.55 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(art. 92, XIV, da Lei nº 14.133/2021)

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Contrato que:

- m. der causa à inexecução parcial do contrato;
- n. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o. der causa à inexecução total do contrato;
- p. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- s. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





- t. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- u. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- v. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- x. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

V. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

VI. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

VII. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

VIII. **Multa:**

3. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

4. compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- f. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- g. as peculiaridades do caso concreto;
- h. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- i. os danos que dela provierem para o Contratante;





j. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160)

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 168.265,24 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima, com pesquisa de preço nos termos do Decreto Municipal nº 05/2024, realizada por servidor responsável conforme decreto 028/2028.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA e prorrogação/renovação

(capítulo V da Lei n. 14.133/2021 e Art. 30 do Decreto Municipal nº 09/2024)

15.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura e poderá ser prorrogado a critério da Administração Pública conforme termos do art. 105 e 107 da Lei Federal 14.133/21 e Art. 30 do Decreto Municipal 021/2025.

15.2 Para fins de prorrogação/renovação da Ata de Registro de Preço, deverá ser observado os seguintes requisitos cumulativamente:

- I. *Comprovação de que o preço registrado é vantajoso;*
- II. *Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;*
- III. *O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;*
- IV. *A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.*

15.3 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os valores registrados estão inferiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.





15.4 O contrato oriundo desta contratação, terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura e poderá ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

Brasnorte-MT, 25 de agosto de 2025.

Elaborado por:

Rodolfo Vieira da Silva

Setor de Compras

Matricula: 6364

APROVADO POR:

Cecilia Ribeiro Campos

Secretária Municipal de Administração

Portaria: 025/2025

Lorena Barros Silva

Secretária Municipal de Assistente Social

Portaria: 125/2025

Nilo Ribeiro Amoa

Secretário Municipal de Assuntos
Indígenas

Portaria: 012/2025

Evandro Luiz Adams

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Agrário e Meio Ambiente

Portaria: 088/2025

Jonatas Ferreira de Melo

Secretário Municipal de Educação

Portaria: 019/2025

Agmar Antônio De Carvalho

Secretário Municipal de Esporte

Portaria: 024/2025

Giovan Luis Burg

Secretário Municipal de Finanças

Portaria: 018/2025

Andrew Matheus Wagner

Secretário Municipal de Infraestrutura

Portaria: 020/2025

Cecilia Ribeiro Campos

Secretária Municipal de Plan. Turismo e
Cultura

Portaria: 026/2025

Weriky Victor de Oliveira Araújo

Secretário Municipal de Saúde

Portaria: 023/2025



ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROPOSTA DE PREÇOS					
Edital de Pregão Eletrônico - Tipo MENOR PREÇO POR ITEM N. 0xx/202__					
Proponente:					
Endereço:		Cidade:		UF:	
Telefone:		Fax:		E-mail:	
Banco:		Agência:		Conta Corrente:	
CNPJ:			Inscrição Estadual:		
ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
Declaramos que nos preços propostos no presente documento estão incluídas todas as despesas, tais como impostos, taxas, transporte, entrega, lucro e demais custos diretos e indiretos, não cabendo quaisquer alegações posteriores de omissão de custos na proposta, bem como pleitos adicionais, sendo o objeto do Edital entregue sem acréscimos de valores. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias. Prazo de entrega: de acordo com Edital.			CARIMBO DE CNPJ DA EMPRESA		

(Nome completo, CPF e assinatura do representante legal, em papel timbrado da empresa)



ANEXO III – MODELO DECLARAÇÕES UNIFICADAS
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A.....(Razão Social da empresa), CNPJ, com endereço à....., declara que:

- Que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (se for o caso) nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição República Federativa do Brasil;

- Que tomou conhecimento, e está de acordo com as condições previstas nesse edital;

- Que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, do produto licitado para realizar a entrega nos prazos e/ou condições previstas no edital, sob as penas do Art. 299 do Código Penal;

- Que não possui em seu quadro gerencial ou societário, Agente Político ou Administrativo do município, bem como pessoas ligadas a qualquer um deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até terceiro grau;

- Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública.

- Que está ciente que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.

(assinatura do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar expressamente.



ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº 00_/2025 PARA
FUTURA E EVENTUAL
XXXXXXXXXXXX.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE BRASNORTE**, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. _____, brasileiro, portador do R.G. nº _____ SSP-RS e inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, bairro _____ nesta cidade, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ Inscrição Estadual nº _____, estabelecida na rua _____ nº _____, Bairro _____ Cidade _____, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. _____, portador do RG nº _____ SSP/_____, CPF nº _____, tendo em vista o **Pregão xxxxxxxxxxxx n. xxx/202**__, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS**, nos termos da Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06, Decreto Municipal n. 021/2025 e Decreto Municipal 066/2025, subsidiariamente, podendo, de modo supletivo, na execução da contratação, serem aplicados os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, em especial, as Lei n. 8.078/90 e n. 13.655/18 e demais legislações complementares para a eventual aquisição do objeto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente Licitação **Registro de preço para futura e eventual _____**, para atender as necessidades de suas respectivas secretarias, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.2 Conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Edital e seus Anexos.

1.3 Os preços, a quantidades e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

item	Cód. item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado de __/__/__ a __/__/__.



2.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de xxxx(xxxx) e poderá ser prorrogado, por igual período, por uma única vez, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e Art. 30 do Decreto Municipal 021/2025.

2.1.2. Para fins de prorrogação/renovação da Ata de Registro de Preço, deverá ser observado os seguintes requisitos cumulativamente:

I – Comprovação de que o preço registrado é vantajoso;

II - Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;

III - O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;

IV - A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência

2.2 Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

2.4 A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, **antes do pedido de fornecimento**, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7 Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.



3.8 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10 Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14 O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de _____, por meio de suas Secretarias solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTOS



5.1 As entregas deverão ser realizadas dentro dos prazos estipulados pela Administração, em dias úteis e em horário comercial, salvo situações excepcionais devidamente justificadas.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o produtor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes de acordo com as solicitações ao fornecedor e no limite das quantidades previstas nas Notas de Empenhos, tendo o prazo de até 2(duas) horas para realizar a entrega:

a) O endereço da entrega deverá ser conforme descrito na nota de empenho emitida pela Secretaria solicitante;

b) Para escolas de zona rural a entrega será feita pela Secretaria Municipal de Educação.

5.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo(a) responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. O produto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 01 (uma) hora se a fornecedora for do município de Brasnorte, 05 (cinco) horas se for de outra cidade dentro do Estado Mato Grosso, e 08 (oito) horas se for cidade de outro Estado do Brasil, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. O produto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação mediante termo detalhado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. A contratada deverá adaptar-se às particularidades de cada local de entrega, garantindo a integridade do produto, a segurança no manuseio e a regularidade do fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

6.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



6.5.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.2. Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.

6.5.3 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

6.5.4 Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.5.5 Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.

6.5.6 Fica Dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.

6.5.7 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023.

6.5.8 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea "a" da resolução CGSN nº 140/2018.

6.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULAS SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1.1 São obrigações do Contratante:

7.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

7.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;



- 7.1.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.5** Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;
- 7.1.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.7** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;
- 7.1.8** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.9** Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;
- 7.1.10** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.11** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;
- 7.1.12** Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.1.13** Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contendo;
- 7.1.14** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.15** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 7.1.16** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.17** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

17.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.2.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 7.2.2** Compete à empresa garantir a entrega dos botijões de gás sempre que formalmente solicitada pela Administração, observando rigorosamente os prazos, quantidades e condições



estabelecidas em cada requisição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo e adequado das necessidades das Secretarias Municipais.

7.2.3 É obrigação da contratada fornecer botijões devidamente lacrados, em conformidade com as especificações do fabricante, com peso líquido compatível ao declarado e em estrito cumprimento às normas de segurança vigentes.

7.2.4 A empresa deverá ainda assegurar que todos os recipientes entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem avarias, ferrugens, vazamentos ou quaisquer defeitos que comprometam a segurança do produto ou coloquem em risco a integridade dos servidores e usuários.

7.2.5 Compete-lhe realizar o transporte dos produtos de forma adequada, utilizando veículos compatíveis e autorizados para o transporte de GLP, em conformidade com a legislação específica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com as normas de segurança do Corpo de Bombeiros. Para entregar em escolas rurais será conforme descrito no item 5.7 “b”.

7.2.6 A contratada será também responsável pelo recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, garantindo a correta logística de troca e evitando a acumulação indevida de recipientes.

7.2.7 É de responsabilidade da contratada apresentar as notas fiscais eletrônicas em consonância com as quantidades efetivamente entregues, devidamente acompanhadas dos comprovantes de recebimento assinados pelos servidores responsáveis pela conferência.

7.2.8 Além disso, deverá manter atualizada toda a documentação legal e fiscal exigida para a habilitação e participação no certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis em caso de irregularidade.

7.2.9 A contratada deverá disponibilizar canais formais de comunicação com a Administração, a fim de possibilitar o pronto atendimento de solicitações, esclarecimentos ou ajustes que se fizerem necessários durante a vigência do contrato.

7.2.10 Para fiscalização, a empresa deverá facilitar o acompanhamento da execução contratual, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas, submetendo-se à supervisão dos fiscais designados e acatando as determinações emanadas da Administração, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.2.11 Também lhe compete adotar práticas de gestão que assegurem a qualidade do fornecimento, incluindo o treinamento de seus colaboradores em normas de segurança, manuseio e transporte do produto.

7.2.12 A contratada deve ainda garantir o imediato atendimento de eventuais inconformidades verificadas pela Administração, procedendo à substituição de botijões ou à correção de falhas identificadas, sem ônus adicional para o Município.

7.2.13 A empresa contratada é responsável pelo cumprimento integral das disposições legais aplicáveis à atividade, devendo observar não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também a legislação ambiental, tributária, trabalhista e de segurança vigentes, zelando pela regularidade de sua atuação e pela preservação do interesse público.



7.2.14 O adimplemento fiel de todas essas obrigações assegura a eficiência do fornecimento, a confiabilidade da execução contratual e a adequada destinação dos recursos públicos, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

7.2.15 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.2.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

7.2.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

7.2.19 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

7.2.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

7.2.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.2.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.2.24 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

7.2.25 Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.



- 7.2.26** Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 7.2.27** Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- 7.2.28** Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de **férias, descanso** semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 7.2.29** Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021;
- 7.2.30** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais, tributárias e outras atinentes a tal procedimento resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. Não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do município por qualquer despesa;
- 7.2.31** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espreque na lei;
- 7.2.32** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- 7.2.33** Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- 7.2.34** Designar profissional responsável para prestação dos serviços;
- 7.2.35** Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;
- 7.2.36** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 7.2.37** Assumir todos os custos com transporte, alimentação, hospedagem, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, não cabendo nenhum ressarcimento pela contratante;
- 7.2.38** Substituir os produtos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega;



- 7.2.39** Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;
- 7.2.40** Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;
- 7.2.41** A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- 7.2.42** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.2.43** Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;
- 7.2.44** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;
- 7.2.45** Realizar a entrega dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento;
- 7.2.46** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 7.2.47** Disponibilizar nos locais solicitados, os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Administração e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição contratual;
- 7.2.48** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços;
- 7.2.49** Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.
- 7.2.50** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.
- 7.2.51** Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 7.2.52** Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.
- 7.2.53** Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.



7.2.54 A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal, observando os percentuais estabelecidos no anexo I do Decreto Municipal 111/2023.

7.2.55 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL” nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea “a” da resolução CGSN nº 140/2018.

7.2.56 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

8.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação Programática:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1 Fica autorizada a adesão a esta ata de registro de preços por órgãos ou entidades das Administrações Públicas Municipais, nos termos do §3º, do art. 86 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 021/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

10.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc.

10.3 A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto.

10.4 Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal xx/xxxx.





10.5 A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a)** os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b)** o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e
- c)** a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6 O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

- a)** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b)** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8 O produto será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto está condizente com a fatura, com as informações na embalagem, com o previsto na Ata de Registro de Preços ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o produto está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro do prazo de validade do produto.

10.9 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.10 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco), a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.11 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material, conferência da autenticidade da Nota Fiscal e suas certidões negativas fiscais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

10.13 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14 O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria nº 363/2025.

10.15 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Contrato que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- IV. Multa:
 1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 2. compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).



11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160)

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal _____ e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal transparência do município, e nos demais canais de publicações (DOE, DOU, AMM e TCE).

12.5 Fica eleito o foro da Comarca de Brasnorte/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.6 E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.

_____, XX de XXX de 2025.

Administração Pública

Fornecedor

Testemunhas:





ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DO CONTRATO PROCESSO
Nº XXXXXXXX/2025 PREGÃO
ELETRONICO Nº XX/2024 CONTRATO
N.º/2025

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1 – DAS PARTES:

1.1.1 – O MUNICÍPIO _____/MT, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, situada na Avenida _____, Centro, CEP _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, _____, brasileiro, casado, agropecuarista, residente e domiciliado à Av. _____ MT, portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____ denominada como CONTRATANTE, e de outro lado a empresa -----, CNPJ nº -----, Inscrição estadual nº -----, sito a Avenida -----, cidade -----, estado -----, CEP -----, representada neste ato por seu representante legal o(a) Sr. (a) -----, portador(a) da RG nº ----- CPF nº -----, residente e domiciliado na cidade de -----, estado de -----, CEP -----, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do PROCESSO ADMINISTRATIVO nº xx/2025, Pregão xxxxxxxxxx nº __/2025, Lei nº 14133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1.2 – DOS FUNDAMENTOS:

1.2.1 – A presente contratação decorre do **Processo Administrativo Licitatório n.º. xxx/2025, Pregão xxxxxxxxxxxx n.º __/2025**, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 021/2025 e Decreto Municipal 066/2025, da Lei Complementar n. 123/2006, da Lei Municipal nº 2.766/2023, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal n. 8.078/1990 e demais legislações complementares e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1 – Contratação de empresa para _____ conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência.

ITEM	COD SIST	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL



CLÁUSULA III – DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1 – DO PRAZO:

3.1.1 O presente instrumento vigorará pelo período de (__) (_____) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado no interesse das partes.

3.2 – DO VALOR E DO PAGAMENTO:

3.2.1. O valor total do presente contrato é de R\$ -----(-----) mensais, perfazendo um valor global de R\$ ----- (-----), já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre o Município.

3.2.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

3.2.3. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo primeiro, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.3 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.3.1. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a efetiva execução dos serviços e mediante a apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

3.3.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.3.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



- 4.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 4.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 4.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 4.8.** As entregas subsequentes deverão ocorrer de forma programada ou sob demanda, conforme solicitação formalizada pela Administração, garantindo regularidade no atendimento e evitando descontinuidade dos serviços essenciais.
- 4.9.** O recebimento dos botijões será feito em duas etapas: inicialmente de forma provisória, mediante conferência de quantidade, integridade e conformidade técnica do produto, e posteriormente de forma definitiva, após verificação da adequação do fornecimento às especificações estabelecidas no Termo de Referência, assegurando transparência e rastreabilidade em todas as fases do processo.
- 4.10.** As entregas ocorrerão nos locais designados pela Administração, incluindo escolas, unidades de saúde, centros de assistência social, repartições administrativas e outros pontos previamente definidos, observadas as condições logísticas e de infraestrutura de cada unidade.
- 4.11.** Em todos os casos, deverá ser assegurada a compatibilidade entre as condições de entrega e a necessidade imediata de consumo, respeitando as especificidades de cada setor atendido.
- 4.12.** Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes de acordo com as solicitações ao fornecedor e no limite das quantidades previstas nas Notas de Empenhos, tendo o prazo de até 2(duas) horas para realizar a entrega:
- a)** O endereço da entrega deverá ser conforme descrito na nota de empenho emitida pela Secretaria solicitante;
 - b)** Para escolas de zona rural a entrega será feita pela Secretaria Municipal de Educação.
- 4.13.** A contratada será responsável por fornecer exclusivamente botijões de GLP no padrão P-13, devidamente lacrados, envasados dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas da ANP e da ABNT.
- 4.14.** O produto deverá apresentar condições ideais de segurança, sem avarias, deformações ou vazamentos, garantindo estanqueidade e qualidade para uso imediato.
- 4.15.** Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e certificado de conformidade, evidenciando a procedência regular e autorizada do produto, em atendimento às normas legais e regulatórias.
- 4.16.** O descumprimento de qualquer requisito técnico ensejará a recusa do recebimento pela Administração e a imediata substituição do item pela contratada, sem ônus adicional ao Município.



4.17. O modelo de execução também contempla as responsabilidades operacionais, impondo à contratada a obrigação de manter logística adequada para a pronta entrega do produto, disponibilizando frota de veículos apropriados, pessoal treinado e estrutura capaz de atender de forma tempestiva e segura a todas as solicitações.

4.18. Os motoristas e entregadores deverão estar devidamente capacitados para o manuseio de recipientes de GLP, adotando medidas de segurança durante o transporte, carga, descarga e armazenamento temporário.

4.19. Além disso, caberá à contratada proceder ao recolhimento dos recipientes vazios e substituí-los por recipientes cheios, assegurando a continuidade do fornecimento e evitando qualquer risco de paralisação nos serviços públicos dependentes do produto.

4.20. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.21. Os itens/serviços deverão ser entregues conforme definido na NAD Nota de Autorização de Despesa.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1.1 São obrigações do Contratante:

5.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus apêndices, proposta, edital e o contrato;

5.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos a ele vinculado;

5.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

5.1.5 Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetivo serviço do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente;

5.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

5.1.7 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato conforme previstas na lei, Lei 14.133/2021 e neste instrumento;

5.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

5.1.9 Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar os serviços dentro das especificações técnicas recomendadas;

5.1.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes no Edital e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada e que se refiram a questões levantadas;

5.1.12 Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

5.1.13 Notificar a contratada, caso os serviços não estejam a contendo;

5.1.14 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;



5.1.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.1.16 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.1.17 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

57.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2.2 Compete à empresa garantir a entrega dos botijões de gás sempre que formalmente solicitada pela Administração, observando rigorosamente os prazos, quantidades e condições estabelecidas em cada requisição, de modo a assegurar o atendimento tempestivo e adequado das necessidades das Secretarias Municipais.

5.2.3 É obrigação da contratada fornecer botijões devidamente lacrados, em conformidade com as especificações do fabricante, com peso líquido compatível ao declarado e em estrito cumprimento às normas de segurança vigentes.

5.2.4 A empresa deverá ainda assegurar que todos os recipientes entregues estejam em perfeito estado de conservação, sem avarias, ferrugens, vazamentos ou quaisquer defeitos que comprometam a segurança do produto ou coloquem em risco a integridade dos servidores e usuários.

5.2.5 Compete-lhe realizar o transporte dos produtos de forma adequada, utilizando veículos compatíveis e autorizados para o transporte de GLP, em conformidade com a legislação específica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e com as normas de segurança do Corpo de Bombeiros. Para entregar em escolas rurais será conforme descrito no item 5.7 “b”.

5.2.6 A contratada será também responsável pelo recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, garantindo a correta logística de troca e evitando a acumulação indevida de recipientes.

5.2.7 É de responsabilidade da contratada apresentar as notas fiscais eletrônicas em consonância com as quantidades efetivamente entregues, devidamente acompanhadas dos comprovantes de recebimento assinados pelos servidores responsáveis pela conferência.

5.2.8 Além disso, deverá manter atualizada toda a documentação legal e fiscal exigida para a habilitação e participação no certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis em caso de irregularidade.

5.2.9 A contratada deverá disponibilizar canais formais de comunicação com a Administração, a fim de possibilitar o pronto atendimento de solicitações, esclarecimentos ou ajustes que se fizerem necessários durante a vigência do contrato.

5.2.10 Para fiscalização, a empresa deverá facilitar o acompanhamento da execução contratual, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas, submetendo-se à supervisão dos fiscais designados e acatando as determinações emanadas da Administração, sem prejuízo do direito ao contraditório e à ampla defesa.





5.2.11 Também lhe compete adotar práticas de gestão que assegurem a qualidade do fornecimento, incluindo o treinamento de seus colaboradores em normas de segurança, manuseio e transporte do produto.

5.2.12 A contratada deve ainda garantir o imediato atendimento de eventuais inconformidades verificadas pela Administração, procedendo à substituição de botijões ou à correção de falhas identificadas, sem ônus adicional para o Município.

5.2.13 A empresa contratada é responsável pelo cumprimento integral das disposições legais aplicáveis à atividade, devendo observar não apenas a Lei nº 14.133/2021, mas também a legislação ambiental, tributária, trabalhista e de segurança vigentes, zelando pela regularidade de sua atuação e pela preservação do interesse público.

5.2.14 O adimplemento fiel de todas essas obrigações assegura a eficiência do fornecimento, a confiabilidade da execução contratual e a adequada destinação dos recursos públicos, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

5.2.15 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.2.16 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.2.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

5.2.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

5.2.19 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

5.2.20 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

5.2.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.2.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5.2.24 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.





- 5.2.25** Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- 5.2.26** Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 5.2.27** Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- 5.2.28** Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 5.2.29** Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021;
- 5.2.30** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais, tributárias e outras atinentes a tal procedimento resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. Não se admitindo, em hipótese alguma, responsabilização do município por qualquer despesa;
- 5.2.31** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espreque na lei;
- 5.2.32** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- 5.2.33** Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- 5.2.34** Designar profissional responsável para prestação dos serviços;
- 5.2.35** Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;
- 5.2.36** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 5.2.37** Assumir todos os custos com transporte, alimentação, hospedagem, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários, não cabendo nenhum ressarcimento pela contratante;
- 5.2.38** Substituir os produtos fornecidos em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, cabendo a CONTRATADA providenciar a reposição, sendo de sua inteira responsabilidade todas as despesas de devolução e entrega;
- 5.2.39** Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;



- 5.2.40** Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço;
- 5.2.41** A contratada tem a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- 5.2.42** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.2.43** Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;
- 5.2.44** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;
- 5.2.45** Realizar a entrega dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento;
- 5.2.46** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 5.2.47** Disponibilizar nos locais solicitados, os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Administração e na proposta de preços apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição contratual;
- 5.2.48** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços;
- 5.2.49** Em cumprimento ao Art. 5º do Decreto Municipal 111/2023 de 13 de novembro de 2023, a partir de 1º de janeiro de 2024, A prefeitura municipal de Brasnorte, do Estado de Mato Grosso, ao efetuar pagamento às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto Municipal.
- 5.2.50** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.
- 5.2.51** Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 5.2.52** Os valores retidos deverão ser recolhidos mensalmente ao Tesouro Municipal por meio de procedimentos adotados no sistema financeiro e contábil do Município.
- 5.2.53** Fica dispensado a retenção de PIS/COFINS/CSLL, nas prestações de serviço e fornecimento de bens para os órgãos municipais e suas autarquias e fundações.
- 5.2.54** A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos termos do art. 59, § 4º, inciso I, alínea "a" da resolução CGSN nº 140/2018.
- 5.2.55** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, o Contrato que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

IV. Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
2. compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º);

7.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)



7.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. as peculiaridades do caso concreto;
- c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. os danos que dela provierem para o Contratante;
- e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160).

7.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

7.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1 – Os recursos necessários ao objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nomeado pela portaria nº xxx/202X.

Secretaria Municipal de XXXX
Titular: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – mat. XXXXXXXXXXXXXXX – CPF: XXXXXXXXXXXXXXX
Substituto: XXXXXXXXXXXXXXX – mat. XXXXXXXXXXXXXXX – CPF: XXXXXXXXXXXXXXX

9.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

9.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

9.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

9.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.12 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

CLÁUSULA DECIMA - DAS ALTERAÇÕES:

10.1 – Os contratos poderão ser alterados segundo as disposições contidas na lei nº 14.133/2021.



10.2. O presente contrato poderá ser alterado em acréscimo ou supressão nos termos do artigo 124, I, "b", da Lei 14133/2021, ficando o contratado obrigado a aceitar unilateralmente o limite previsto de acréscimo ou supressão de até 25% para acréscimo ou supressão nos termos do art. 125 do referido diploma legal.

10.3 Reequilíbrio de Preços:

10.3.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

10.4. Reajuste:

10.4.1. Reajustamento se dará nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. É de responsabilidade exclusiva do solicitante, o fornecimento dos documentos comprobatórios para comprovação e solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro.

10.6. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do documento (termo aditivo) modificativo pelas partes.

10.7. O bloqueio no fornecimento por razão de solicitação de reequilíbrio sujeitará a Fornecedora às sanções legais (contratuais) e editais.

10.8. O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio de preços ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista.

10.9. Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas sobre o objeto contratado, tais como seguros, encargos sociais, tributos, deslocamento e alimentação de funcionários da Contratada e outras despesas necessárias à perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 - O presente contrato tem vigência de XXXXX meses a contar de sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DOS MOTIVOS DE EXTINÇÃO:

12.1 - São motivos de extinção do contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

13.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal _____ e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo.

13.4 O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DO FORO:

14.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de _____ - MT, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento.



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO



BRASNORTE
PREFEITURA

14.2 E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito.

_____/MT, ____ de ____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

CNPJ: _____

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EMPRESA -----

CNPJ: -----

CONTRATADA

Representante -----

RG: ----- CPF: -----

Responsável Legal

Testemunhas:

NOME COMPLETO: _____

Nº _____ RG: _____ CPF: _____

ASSINATURA: _____

NOME COMPLETO: _____

Nº _____ RG: _____ CPF: _____

ASSINATURA: _____



ANEXO VI - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo trata da necessidade da Prefeitura Municipal de Brasnorte e seus departamentos, de modo que se identificou a necessidade de aquisição de gás Liquefeito de Petróleo GLP – 13KG P-(13) para suprir as demandas das cozinhas dentro das repartições desta municipalidade e para preparação do cardápio do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE na rede municipal de ensino de Brasnorte-MT.

A necessidade de cada secretaria foi pormenorizada nos documentos de formalização de demanda, de modo que seus quantitativos foram justificados em memória de cálculo.

A descrição das necessidades das secretarias demandantes foram as seguintes:

Secretaria municipal de administração:

Os serviços de **fornecimento de recarga de gás de cozinha (GLP)** são imprescindíveis para o atendimento contínuo das necessidades da **Secretaria Municipal de Administração e seus departamentos vinculados**, garantindo o pleno funcionamento das atividades administrativas e de apoio logístico da Prefeitura.

O fornecimento de gás de cozinha é utilizado em diversos setores, especialmente em ambientes que demandam preparo de alimentos, aquecimento de água e outras atividades de suporte, sendo, portanto, um insumo essencial e de consumo regular. A ausência desse serviço comprometeria diretamente a rotina de trabalho, a execução de programas internos e a adequada prestação dos serviços públicos à comunidade.

Secretaria municipal de Assistência Social:

A contratação é fundamental para assegurar condições adequadas na preparação de refeições destinadas aos acolhidos e usuários dos serviços públicos assistenciais, bem como para o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e de assistência social que envolvam o preparo de alimentos.

Secretaria municipal de assuntos indígenas:

O fornecimento de gás de cozinha configura-se como uma necessidade essencial para o adequado funcionamento da Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas, considerando que sua utilização está diretamente relacionada ao suporte das atividades cotidianas desenvolvidas em sua sede e, igualmente, à realização de eventos institucionais junto às comunidades indígenas. O uso deste insumo possibilita a preparação de alimentos e bebidas de forma prática e segura, garantindo melhores condições de acolhimento aos colaboradores em seus exercícios diários e, sobretudo, aos usuários dos serviços públicos que demandam atendimento e participação em atividades coletivas promovidas pelo órgão.

Além de atender às demandas internas, o fornecimento de gás de cozinha é imprescindível para a execução de ações externas em aldeias indígenas, nas quais a Secretaria desempenha papel fundamental na promoção de políticas públicas, eventos culturais, reuniões e demais iniciativas que requerem o preparo de refeições. Tais atividades, além de fortalecerem a integração comunitária, reafirmam o compromisso do Poder Público com a valorização e o respeito às tradições dos povos originários, garantindo um ambiente digno e apropriado para o desenvolvimento dos trabalhos.



Secretaria municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente:

A **recarga de gás de cozinha (GLP)** é insumo indispensável para o atendimento das necessidades da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente**, abrangendo seus setores correlacionados, como o **Departamento de Meio Ambiente** e a **Casa de Apoio na Gleba São Bento**, onde são alojados os tratoristas desta Secretaria.

O uso do gás de cozinha é fundamental para a preparação de refeições e demais atividades de apoio, garantindo condições adequadas de permanência e trabalho dos servidores e colaboradores, especialmente nos locais de apoio operacional situados fora da sede do município. Esse recurso assegura a manutenção da rotina dos serviços, a execução das atividades de campo e o suporte às ações ambientais e de desenvolvimento agrário promovidas pela Secretaria.

Considerando seu caráter essencial e contínuo, a formalização desta demanda visa garantir a regularidade do abastecimento de gás de cozinha, prevenindo desabastecimentos que possam comprometer o desenvolvimento das atividades institucionais, em observância aos princípios da **eficiência, continuidade do serviço público**.

Secretaria Municipal de Educação:

A presente solicitação tem por finalidade atender à necessidade contínua de abastecimento de gás de cozinha, o fornecimento atenderá não apenas à sede da Secretaria, mas também às unidades escolares urbanas e rurais, bem como a outros departamentos sob sua jurisdição, conforme cronograma e logística definidos pela Secretaria.

O gás de cozinha é insumo essencial para a preparação e o fornecimento de refeições aos estudantes, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando a alimentação diária e adequada aos alunos durante o período letivo. Também é utilizado em atividades administrativas e de apoio que demandam preparo ou aquecimento de alimentos na própria Secretaria e departamentos.

A ausência ou interrupção no fornecimento deste insumo compromete diretamente a execução do serviço público de alimentação escolar, afetando a permanência e o rendimento dos estudantes, além de contrariar diretrizes estabelecidas pelo PNAE e legislações correlatas.

Secretaria Municipal de Esportes:

A presente solicitação tem por objetivo a aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes.

O fornecimento de gás de cozinha é fundamental para o adequado funcionamento da **Secretaria Municipal de Esportes**, uma vez que constitui insumo indispensável para o preparo de refeições e apoio logístico em eventos, competições, treinamentos e demais atividades promovidas pelo órgão em sua sede.

Além de atender às demandas de cozinha em sua sede administrativa, o uso do gás garante condições adequadas de acolhimento e suporte a atletas, servidores e participantes das ações esportivas, contribuindo para a continuidade e eficiência dos programas institucionais. Dessa forma, sua disponibilização assegura o pleno desenvolvimento das atividades esportivas e sociais da Secretaria, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Secretaria municipal de Finanças:



A presente solicitação tem por objetivo a aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças e seus departamentos.

O gás GLP é essencial para o funcionamento de diversos setores, sendo utilizado principalmente em atividades que envolvem preparo de alimentos, aquecimento e apoio aos serviços administrativos. O fornecimento permitirá maior agilidade no atendimento das demandas, além de garantir a continuidade dos serviços públicos.

Dessa forma, justifica-se a necessidade, visando assegurar o regular funcionamento das atividades da Secretaria.

Secretaria municipal de infraestrutura:

A presente solicitação tem por objetivo aquisição de cargas de gás liquefeito de petróleo (GLP), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e seus departamentos.

O gás GLP é essencial para o funcionamento de diversos setores, sendo utilizado principalmente em atividades que envolvem preparo de alimentos, aquecimento de água para a copa da secretaria e seus departamentos. Deste modo o uso do gás de cozinha é contínuo e imprescindível, para o bom andamento das atividades, sendo indispensável, no que tange a produção e alimentação para as equipes de trabalho em localidades remotas e de difícil acesso, onde a produção de refeição no local, é a única alternativa viável, para a garantia de alimentação adequada dos trabalhadores em serviço.

Dessa forma, justifica-se a necessidade do fornecimento de gás de cozinha, visando assegurar o regular funcionamento das atividades da Secretaria.

Secretaria municipal de Planejamento, Turismo e Cultura:

Considerando a necessidade de suprir as demandas dos eventos culturais e turísticos realizados pelo município de Brasnorte-MT, bem como de assegurar a continuidade do fluxo de trabalho da equipe em situações que exigem maior dedicação e inviabilizam a pausa para refeições externas, faz-se necessária a utilização de gás de cozinha para atender às demandas de copa e cozinha da Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura.

O uso desse insumo é indispensável para a produção de refeições em eventos, ações institucionais e atividades internas da Secretaria, garantindo condições adequadas de apoio aos servidores, colaboradores e munícipes atendidos.

Em relação aos quantitativos, a estimativa baseia-se na projeção de consumo para um período de 12 (doze) meses, considerando a necessidade de fornecimento contínuo e regular de gás de cozinha para o pleno funcionamento das atividades vinculadas à Secretaria.

Portanto, o atendimento desta demanda é de grande importância, uma vez que assegura o suporte logístico necessário para a realização das políticas públicas, programas e eventos conduzidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Turismo e Cultura.

Secretaria municipal de saúde:

A recarga de gás de cozinha (GLP) é insumo essencial para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde e seus departamentos, incluindo as Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que contribui diretamente para a manutenção de atividades de apoio necessárias ao atendimento da população.



O gás de cozinha é utilizado no preparo de refeições e outras demandas operacionais, tanto nas unidades administrativas quanto nas unidades de saúde descentralizadas. Esse recurso mostra-se indispensável para garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais, além de possibilitar o apoio às ações de acolhimento, campanhas, eventos de saúde e atendimentos em situações emergenciais.

Diante de sua relevância e caráter contínuo, a formalização desta demanda tem por objetivo assegurar que o abastecimento das unidades de saúde ocorra de forma regular e ininterrupta, permitindo a plena execução das atividades institucionais e fortalecendo a prestação dos serviços públicos de saúde à comunidade.

Para além disso a licitação para aquisição de gás liquefeito é de importância estratégica que vai além dos simples abastecimentos, sendo esta aquisição indispensável para a eficiência operacional das atividades do município. Deste modo, o objeto do presente estudo, é indispensável para o bom andamento do serviço público, garantindo a continuidade dos serviços e evitando paralizações de instituições como, escolas, creches, assistência social, entre outros.

II – JUSTIFICATIVA E DOS REQUISITOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura, necessita dessa contratação para:

- Abastecer regularmente com fornecimento de gás, as Secretarias e Departamentos solicitantes;
- Garantir o atendimento a serviços básicos, como o preparo de refeições, chás, cafés, entre outros;
- Garantir a continuidade nas atividades institucionais, de modo a garantir que não haja a interrupção de serviços essenciais, como a alimentação escolar por exemplo;
- Ter garantia de produto de qualidade e seguro para uso;
- Buscar preços competitivos e qualidade do produto adquirido;
- Entregar material com garantia de segurança contra acidentes;

Os requisitos do objeto da contratação, são:

- Que o fornecedor atenda a entrega dos itens conforme licitado, com itens que atendam todas as especificações de qualidade, prazo de validade e prazo de entrega;
- Capacidade para atender as demandas da Prefeitura;
- Cuidado no manuseio do produto para que não sejam entregues itens danificados e que tragam perigo ao uso;
- Pronto atendimento às necessidades solicitadas pela Prefeitura, inclusive em finais de semana e feriados em caso de necessidade;
- Respeitar e promover ações que possibilitem ao máximo a sustentabilidade da empresa fornecedora;
- Atender com agilidade, de modo a propiciar a manutenção do fluxo de trabalho mesmo em horários de alta demanda.
- Os vasilhames vazios devem ser restituídos ou trocados pela empresa fornecedora, garantindo o ciclo contínuo de abastecimento.



- O fornecedor deve seguir as normas vigentes da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e demais regulamentações de segurança no transporte e armazenamento de GLP. Essa contratação visa a continuidade ao fluxo de trabalho nas diversas áreas de atuação desta instituição, especialmente no tocante ao objeto demandado, atendendo as exigências do tribunal de contas do Estado do Mato Grosso e demais órgãos de controle da Administração Pública.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução 01:

Contratação de empresa especializada em fornecimento de Gás liquefeito de Petróleo, Considerando o levantamento do quantitativo solicitado pelas Secretarias e seus Departamentos no documento de formalização de demanda, o quantitativo total necessário é:

Item	Cod. Red.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	QUANT .
1.	2117 1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UN	1.196

Valor total estimado: R\$168.265,24 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). Fonte: Relatório de cotação.

Esta solução consiste na contratação de empresa especializada, para o fornecimento de gás liquefeito de petróleo, de modo a atender as demandas da administração pública municipal de forma eficiente e efetiva

De acordo com as características técnicas e as especificidades da contratação, bem como as contratações praticadas pela administração pública em geral, e as características de mercado, não se vislumbram outras soluções disponíveis para a solução da presente demanda.

Com base nessas considerações, conclui-se pela solução 1, contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás liquefeito de petróleo, sendo uma solução viável e razoável.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que se mostrou mais vantajosa, é a solução 01, contratação de empresa especializada em fornecimento de Gás liquefeito de petróleo, para atender as demandas desta municipalidade.



Esta solução atende aos requisitos de efetividade e economicidade das contratações públicas, atendendo a padrões estabelecidos pela legislação vigente.

A contratação ocorrerá nos termos da Lei Federal 14.133/21.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O dimensionamento da demanda foi realizado no Documento de Formalização de Demanda (DFD) em apêndice a este processo, e com base em contratação anterior realizada pelo processo de licitação:

- Pregão Eletrônico - SRP nº 010/2024, que atendeu as demandas de aquisição de gás liquefeito de petróleo pelo período de 12 meses anteriores a este processo. O quantitativo final de cada item está representado na planilha de estudo de mercado.

Os quantitativos bem como as justificativas das memórias de cálculo das secretarias demandantes foram as seguintes:

- Secretaria de Administração:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UNID	22

Justificativa de memória de cálculo: O quantitativo foi definido observando o consumo em processo anterior com acréscimo de 10%, para atendimento a eventual aumento de demanda.

- Secretaria de Assistência Social:

Item	Discriminação	Quant.	Unidade de medida
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	65	unidade

Justificativa de memória de cálculo: Para definição da quantidade estimada de gás liquefeito de petróleo (GLP) a ser registrada, foi considerada a totalidade do consumo no exercício anterior, somado a um acréscimo de 30% visando garantir uma margem de segurança para eventuais aumentos de demanda, evitando a descontinuidade dos serviços.

Nos últimos 12 meses, foram adquiridas e utilizadas:

- Botijões de 13kg (P13): 50 unidades Com base nesse histórico, para o exercício dos próximos 12 meses, aplica-se um acréscimo de 30%:
- Botijões de 13kg (P13): **50 unidades + 30% = arredondado para 65 unidades**



- Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas:

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UN	12

Justificativa de memória de cálculo: Com a recente criação da secretaria não há parâmetros de consumo para o embasamento de memória de cálculo de modo que os quantitativos foram estimados para o consumo por um período de 12 meses, considerando a estimativa de consumo mensal de 1 um por mês.

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente:

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UN	12

Justificativa de memória de cálculo: Conforme demanda solicitada em processo licitatório anterior esses são os dados de consumo utilizados para estabelecer as quantidades.

- Secretaria Municipal de Educação:

item	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	920	unidade

Justificativa de memória de cálculo: A presente memória de cálculo visa justificar a estimativa de consumo anual de gás de cozinha (GLP) para atendimento das 10 unidades escolares, o Departamento de Transporte Escolar, Secretaria de Campo, e a Secretaria Municipal de Educação.



Considerando o consumo médio de 2 botijões de 13 kg por semana por escola e 1 botijão para o Transporte Escolar, 1 botijão para a Secretaria de Campo e 1 para atender essa Secretaria, estimou-se a necessidade de:

800 botijões/ano para as escolas (10 escolas × 2 botijões × 40 semanas)

36 botijões/ano para os departamentos (3 departamentos × 1 botijão × 12 meses).

Com um acréscimo de 10% para cobrir variações de consumo e eventuais emergências, totaliza-se a estimativa de 920 botijões P13 por ano.

- Secretaria Municipal de Esportes:

Item	Discriminação	Und.	Qtd
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	unid	12

No exercício anterior, a Secretaria Municipal de Esportes realizou a solicitação de 08 (oito) unidades de gás de cozinha, tendo sido todas devidamente consumidas. Considerando o histórico de utilização e a previsão de incremento das atividades esportivas no próximo exercício, estima-se a necessidade de 12 (doze) unidades de gás de cozinha, o que representa um acréscimo de 50% em relação ao quantitativo anterior.

Tal aumento se justifica pelo planejamento da Secretaria, que prevê a realização de mais eventos, campeonatos e atividades esportivas comunitárias, ampliando o atendimento à população. O gás de cozinha é insumo indispensável nessas ocasiões, uma vez que é utilizado para apoio logístico dos eventos, preparo de alimentos e refeições para atletas, e equipes de trabalho. Dessa forma, a presente solicitação tem por finalidade assegurar o abastecimento adequado da Secretaria Municipal de Esportes durante todo o período, garantindo que não haja interrupção nas ações programadas e que o município possa cumprir com eficiência sua função de incentivo ao esporte e lazer da comunidade.

Nos últimos 12 meses, foram adquiridas e utilizadas:

• **Botijões de 13kg (P13):** 08 unidades

Com base nesse histórico, para o exercício dos próximos 12 meses, aplica-se um acréscimo de 50%:

Botijões de 13kg (P13): 8 unidades + 50% = 12 unidades

- Secretaria Municipal de Finanças:

Item	Discriminação	Und.	Qtd
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	unid	6



Justificativa de memória de cálculo: Para definição da quantidade estimada de gás liquefeito de petróleo (GLP) a ser registrada, foi considerada a totalidade do consumo no exercício anterior, somado a um acréscimo de 30% visando garantir uma margem de segurança para eventuais aumentos de demanda, evitando a descontinuidade dos serviços.

Nos últimos 12 meses, foram adquiridas e utilizadas:

- **Botijões de 13kg (P13):** 04 unidades

Com base nesse histórico, para o exercício dos próximos 12 meses, aplica-se um acréscimo de 30%:

- **Botijões** de **13kg** **(P13):**
4 unidades + 30% = arredondado para 06 unidades

- Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Item	Descrição	UN de Medida	Quant.
1	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UND	30

Para definição da quantidade estimada de gás liquefeito de petróleo (GLP) a ser registrada, vamos manter a totalidade do exercício anterior, visando a necessidade de garantir o abastecimento contínuo, evitar falta de gás para uso e manter a operacionalidade dos equipamentos que dependem do gás. Visando garantir uma margem de segurança para eventuais aumentos de demanda, evitando a descontinuidade dos serviços.

Sendo que na última licitação, foram adquiridos e utilizados:

- **Botijões de 13kg (P13):** 30 unidades e utilizada 10 unidades.

Com base nesse histórico, para o exercício de 2025, optamos por manter as 30 unidades, em virtude da previsão de aumento expressivo na demanda.

- Secretaria Municipal Planejamento, Turismo e Cultura:

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	GÁS P13 - GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA USO DOMÉSTICO, ALTAMENTE TÓXICO E INFLAMÁVEL, ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13 KG, MEDIANTE TROCA DE VASILHAME, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANP E CNPQ.	UN	14



Justificativa de memória de cálculo: O quantitativo foi definido com base no consumo anterior acrescido de 10% para eventuais consumos variáveis que possam surgir no decorrer dos próximos 12 meses.

Os quantitativos consumidos, bem como as tabelas de memória de cálculo estão pormenorizadas nos documentos de formalização de demanda em apêndice a este processo. Conforme justificado no tópico memória de cálculo, cada secretaria baseou o quantitativo necessário, conforme consumo dos últimos 12 meses, acrescidos de 10% em alguns casos, como forma de garantir o quantitativo mínimo necessário em caso de eventual variação no consumo.

VI - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço da contratação importou em R\$168.265,24 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Para a estimativa de preço desta contratação, utilizou-se do Relatório de Pesquisa de Preços em apêndice a este processo.

VII - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

De acordo com suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado, o objeto é composto por apenas um item, deste modo para a garantia da economia em escala, não é conveniente a divisão do item.

A justificativa apresentada atende aos requisitos estabelecidos na Súmula 247/2004 do TCU, que determina que a adjudicação por item é obrigatória, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

O Município dispunha de processo licitatório de contratação correlata para aquisição de gás liquefeito de petróleo o pregão eletrônico 010/2024, porém o processo encontra-se com a vigência encerrada em 13/08/2025.

Portanto a formalização de um novo processo licitatório surge quando o prazo de vigência da licitação atual chega ao seu término e há um saldo residual insignificante de itens remanescentes, e quando não vantajosa a renovação contratual em virtude da variação de preços de mercado.

Devido à natureza simplificada do objeto do processo licitatório, não se requer contratação interdependente.

IX - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Embora o Município de Brasnorte – MT, demonstre disponibilidade orçamentária prevista em Lei Orçamentária Anual e Quadro de Detalhamento de Despesa, não demonstra previsão no Plano de Contratação Anual, pela sua não elaboração, conforme Art. 18, § 1º, II da Lei Federal nº 14.133/2021.



X - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo incluem:

- Manutenção de serviços essenciais: Garantir o funcionamento contínuo de cozinhas em escolas, creches, unidades de saúde, entre outros. E assegurar o preparo de alimentos, café e lanches para servidores e usuários em eventos e reuniões institucionais.
- Eficiência Operacional: Evitar interrupções por falta de insumos energéticos, além de permitir o planejamento logístico e abastecimento regular com entregas programadas.
- Atendimento às Demandas Sociais: Suprir necessidades básicas da população atendida por programas sociais, como em centros de convivência, e casa de acolhimento a crianças e adolescentes, bem como as casas de acolhimento a pessoas idosas.
- Economicidade: A licitação promove a concorrência entre os fornecedores, incentivando-os a oferecer as melhores condições possíveis. Isso garante que a administração pública obtenha os melhores preços e condições de pagamento. Além disso, o processo licitatório é transparente e permite que todos os interessados acompanhem as decisões.
- Melhor aproveitamento dos recursos humanos: Comprar diretamente com o fornecedor vencedor permite uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, pois reduz a necessidade de envolvimento em atividades administrativas relacionadas à busca e seleção de fornecedores. Isso contribui para uma utilização mais eficaz da mão de obra disponível, aumentando a produtividade e a eficiência operacional.
- Melhor aproveitamento dos recursos materiais: Comprar diretamente com o fornecedor vencedor utilizando o Sistema de Registro de Preços permite uma gestão mais eficiente do estoque, pois os pedidos podem ser feitos de acordo com as necessidades específicas da Administração. Isso reduz o risco de excesso de estoque ou falta de produtos, garantindo a disponibilidade dos itens necessários no momento certo e na quantidade adequada.
- Melhor aproveitamento dos recursos financeiros: Comprar diretamente com fornecedor vencedor pode resultar em uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. Isso inclui a redução de custos indiretos associados à intermediação de terceiros, como taxas de comissão ou margens de lucro adicionais.

Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos, visam garantir uma gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, maximizando o valor obtido com os investimentos realizados e atendendo às necessidades da Administração de forma sustentável e responsável.

XI - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se vislumbram ações a serem executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

XII - IMPACTOS AMBIENTAIS

A licitação de Gás de Petróleo Liquefeito pode acarretar diversos impactos ambientais, principalmente relacionados a emissão de gases poluentes e ao descarte de rótulos e lacres de plástico. Dentre os principais impactos podemos observar os seguintes:



- Emissões de Gases Poluentes

- A queima de GLP libera dióxido de carbono (CO₂), contribuindo para o efeito estufa.
- Em caso de vazamentos, o gás pode liberar compostos que afetam a qualidade do ar.

- Risco de Acidentes Ambientais

- Armazenamento inadequado pode causar explosões ou incêndios.
- Vazamentos podem contaminar o solo e afetar a fauna local.

- Impacto na Cadeia de Transporte

- O transporte do GLP envolve veículos pesados que emitem poluentes e podem causar acidentes.
- A infraestrutura de distribuição também pode gerar impactos em áreas urbanas e rurais.

Para mitigar esses impactos, é fundamental adotar medidas que promovam a sustentabilidade em todas as etapas do processo de aquisição e utilização dos materiais. É importante privilegiar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas cadeias de produção, como a utilização de embalagens biodegradáveis ou recicláveis. No que diz respeito ao descarte de lacres e rótulos, é essencial implementar um sistema de gestão de resíduos eficiente, que inclua a separação, coleta seletiva e destinação adequada dos materiais, priorizando a reciclagem e a reutilização sempre que possível.

Dentre as ações mitigadoras que podem ser implementadas para a redução de impactos e incentivo a boas práticas podemos destacar as seguintes:

- Exigir Licenciamento Ambiental

- A empresa fornecedora deve apresentar licenças válidas para transporte, armazenamento e comercialização do GLP.

- Planejamento Sustentável

- Avaliar alternativas energéticas menos poluentes, como biogás ou energia solar para algumas aplicações.

- Capacitação de Servidores

- Treinar equipes municipais para manuseio seguro e resposta a emergências envolvendo GLP.

- Monitoramento Contínuo

- Implantar sistemas de controle para verificar consumo, vazamentos e eficiência energética.

Também é importante promover a conscientização e o treinamento dos funcionários sobre a importância da redução do desperdício e da adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho. Ao adotar essas medidas, a licitação para aquisição de gás de petróleo liquefeito, pode contribuir para a promoção da sustentabilidade ambiental, reduzindo seus impactos negativos e promovendo uma gestão mais responsável dos recursos naturais.

XIII – NECESSIDADE DE AVALIAR QUANTO A APLICAÇÃO DA LEI 12527/2011

Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.



() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

XIV - DA VIGENCIA

Conforme disposto no decreto nº 021/2025, art. 30. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1(um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

XV - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução pretendida, considera-se sua viabilidade técnica e econômica na forma disposta no § 1º do Art. 18 da Lei Federal 14.133/2021.

A contratação é viável e razoável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT.

Brasnorte-MT, 22 de Agosto de 2025.

Responsável pela elaboração do ETP
Poliana Bruna Antuns da Silva
Mat. 5080

